



PPGEDUC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

CREAS e Escola de Ensino Fundamental: Identidade e Expressões de Gênero como Direito da Criança no Ambiente Escolar

LION MARCOS FERREIRA E SILVA



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

LION MARCOS FERREIRA E SILVA

**CREAS e Escola de Ensino Fundamental: Identidade e Expressões de
Gênero como Direito da Criança no Ambiente Escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Unidade Acadêmica Especial de Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Práticas Educativas, Formação de Professores e Inclusão.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Altina Abadia da Silva

Catalão – GO
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Marcos Ferreira e Silva, Lion

CREAS e Escola de Ensino Fundamental: Identidade e Expressões de Gênero como Direito da Criança no Ambiente Escolar [manuscrito]

/ Lion Marcos Ferreira e Silva. - 2019.

XCI, 91 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Altina Abadia da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Educação, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2019.

Inclui siglas, fotografias, lista de figuras, lista de tabelas.

1. CREAS. 2. Escola. 3. Criança. 4. Gênero. 5. Expressões. I. Abadia da Silva, Altina , orient. II. Título.

CDU 37



PPGEDUC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

REGIONAL CATALÃO

UAEE – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário, Bloco I, Sala 1A – Catalão (GO)

CEP – 75.704 020 - Fone: (64) 3441-5366.

Ramal 204 – Coordenação. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com

Ramal 206 – Secretaria. E-mail: secretariappgeduc@gmail.com

ATA DA 104ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
LION MARCOS FERREIRA E SILVA

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA
JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE LION
MARCOS FERREIRA E SILVA.

Em 12/04/2019, às 4:00:00 PM, na SALA 01, BLOCO H DA UFG/REGIONAL CATALÃO, da UFG/Regional Catalão, teve lugar a 104ª Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação da UFG/Regional Catalão, de LION MARCOS FERREIRA E SILVA, (matrícula nº 2017100563), intitulada: "CREAS E ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL: IDENTIDADE E EXPRESSÕES DE GÊNERO COMO DIREITO DA CRIANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR". A Banca Examinadora foi composta, pelos seguintes professores: ALTINA ABADIA DA SILVA (PPGEDUC, UFG/Regional Catalão – Orientação e Presidente da Banca), VANILDA MARIA DE OLIVEIRA (Universidade Federal de Goiás – Membro Interno) e FRAN DEMÉTRIO SILVA SANTOS (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano). Os examinadores, na ordem citada, arguiram o mestrando(a) sobre a dissertação apresentada, tendo o(a) mesmo(a) explicado e/ou rebatido às críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da defesa foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: **DEFESA APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao **título de Mestre em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação/Regional Catalão. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Examinadora. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/Regional Catalão, em 12/04/2019.

ALTINA ABADIA DA SILVA

PPGEDUC, UFG/Regional Catalão

VANILDA MARIA DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Goiás

FRAN DEMÉTRIO SILVA SANTOS

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano

Secretaria do PPGEDUC

Obs. Em anexo as recomendações da Comissão Examinadora. O (a) aluno (a) deverá encaminhar, no prazo de 30 dias, a contar da data da Defesa, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento, conforme as normas definidas pelo PPGEDUC/RC/UFG.

*A todas as pessoas que lutam por igualdade de
Direitos.*

AGRADECIMENTOS

Sou extremamente grato às pessoas que me acolheram na cidade de Catalão sempre que precisei e que contribuíram para minha estadia, assim como, para o avanço dos meus estudos, minhas amigas: Vanilda Oliveira, Paula Fernandes Neves, Avelina Oliveira, Janaína Firmino, Rosimaria Rosa e meu amigo Heitor Vicente.

Agradeço as professoras das disciplinas e do seminário de pesquisa que me proporcionaram tantos outros horizontes de conhecimentos: Aparecida Almeida Barros, Janaína Cassiano, Maria Zenaide, Dulcéria Tartuci, Maria Marta Flores e Professor Wolney Honório.

Agradeço à Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF), pela bolsa de estudo, sem essa seria muito difícil permanecer no mestrado.

Agradeço as profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS da cidade de Anápolis, que ao ceder as entrevistas, muito contribuíram para a construção deste trabalho.

Agradeço todos os profissionais da Universidade, incluindo a administração, coordenadoria e serviço de limpeza por nos proporcionarem um bom ambiente de estudo.

Agradeço aos meus amigos, amigas e colegas da 7ª turma de mestrado pelo companheirismo e o recíproco respeito.

Agradeço a minha Orientadora Professora Altina Abadia da Silva, conhecida por todos como Tina, pelo apoio, confiança e credibilidade. A você, serei sempre grato.

Agradeço a minha esposa, companheira e amiga Angelina Fonseca, pelas lutas diárias, por acreditar e por nossas conquistas.

Agradeço minha família, pais, irmãos, sobrinhos e em especial minha mãe Maria Flor de Maio, por acreditar em mim, e mantermos sempre uma relação onde prevalece o amor, a confiança e respeito mútuo.

Eu sou contra a tolerância, porque ela não basta. Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro.

José Saramago

RESUMO

Este estudo situa-se no campo das práticas educativas, na linha de pesquisa Formação de Professores, Práticas Educativas e Inclusão, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (PPGEDUC/RC/UFG). As práticas educativas devem ser pensadas de maneira em que beneficie a criança conforme o contexto social em que vive numa perspectiva transversal, que perpassa pela educação, saúde, serviço social entre outras políticas que atenda cidadãos em sua integralidade, universalidade e singularidade. O trabalho do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS visa atender, defender e propor políticas que intervenham nas vulnerabilidades sociais, priorizando as possíveis exposições de crianças em risco social. Assim como a Escola o CREAS está inserido na rede de proteção à criança e ao adolescente, atendendo toda essa demanda específica, dessa forma, nos vale questionar: segundo a compreensão dos profissionais do CREAS, o que a escola elege como problema de gênero quando recorre aos seus serviços? O objetivo central desta pesquisa é analisar a compreensão e a atuação dos profissionais do CREAS frente ao que a escola elege como problema de gênero. A entrevista semiestruturada foi o instrumento de pesquisa utilizado, assim como, os círculos da igualdade e a pirâmide das relações sociais e de poder que elaboramos como dispositivo de pesquisa, pensados na filosofia africana que preza pelo princípio da circularidade, onde há igualdade entre todos e respeito mútuo e no círculo encantado de Gayle Rubin, que coloca conforme representa na sociedade, tudo que é considerado puro e moral no interior do círculo referente às relações sexuais e afetivas, e fora dele tudo que é considerado imoral. Para identificar as pessoas entrevistadas foram usados nomes fictícios de escritoras de obras literárias que trazem sobre a temática de gênero e sexualidade direcionada para o público infantil. Foi possível perceber através dessa pesquisa que, os profissionais da escola ainda encontram dificuldades de lidar com questões de gênero na infância. Se a criança expressa no ambiente escolar comportamento que possa ser interpretado como algo ligado a sua identidade, orientação sexual, expressão de gênero ou o simples fato de brincar com um brinquedo que na leitura social seja pertencente a outro gênero, pode se tornar um problema o qual a escola direciona o caso para a família, conselho tutelar e ou o CREAS. Assim também através da análise da Pirâmide das relações Sociais e de Poder, chegamos à conclusão de que as masculinidades hegemônicas e não hegemônicas são reconhecidas numa posição de superioridade social em relação a todas as representatividades do gênero feminino.

Palavras-Chave: CREAS; Escola; Criança; Gênero; Expressões.

ABSTRACT

This study is located in the field of educational practices, in the research line Teacher Training, Educational Practices and Inclusion, of the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Goiás - Regional Catalão (PPGEDUC / RC / UFG). should be designed in such a way that it benefits the child according to the social context in which he lives in a transversal perspective, which goes through education, health, social service among other policies that meet citizens in their entirety, universality and singularity. The work of the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) aims to respond, defend and propose policies that intervene in social vulnerabilities, prioritizing the possible exposures of children at social risk. Just as the CREAS School is inserted in the child and adolescent protection network, in order to meet all this specific demand, it is worth questioning: according to the CREAS professionals' understanding, what the school chooses as a gender problem when it traverses your services? The central objective of this research is to analyze the understanding and performance of CREAS professionals in relation to what the school chooses as a gender problem. The semistructured interview was the research tool used, as well as the equality circles and the pyramid of social relations and power that we elaborate as a research device, thought of the African philosophy that values the principle of circularity, where there is equality between all and mutual respect and in the enchanted circle of Gayle Rubin, which poses as it represents in society, everything that is considered pure and moral within the circle referring to sexual and affective relations, and outside it everything that is considered immoral. To identify the people interviewed were used fictitious names of writers of literary works that bring about the theme of gender and sexuality aimed at children. It was possible to perceive through this research that, the professionals of the school still find difficulties of dealing with questions of gender in childhood. If the child expresses in the school environment behavior that can be interpreted as something related to their identity, sexual orientation, gender expression or the simple fact of playing with a toy that in social reading belongs to another genre, it can become a problem. which school directs the case to the family, tutelary board and or CREAS. Thus, also through the analysis of the Pyramid of Social and Power relations, we come to the conclusion that hegemonic and non-hegemonic masculinities are recognized in a position of social superiority in relation to all representations of the feminine gender.

Key words: CREAS; School; Kid; Gender; Expressions

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo.
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAS	Centro de Estudo de Ações Sociais
CEMAD	Centro Municipal de Apoio ao Deficiente
CIS	Cisgênero
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
NOB	Norma Operacional Básica
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RH	Recursos Humanos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TRANS	Transexuais, Transgênero, Travestis.

LISTA DE QUADROS

- Quadro I** Normativas que fundamentam os serviços especializados pelo CREAS
- Quadro II** Eixos norteadores da atenção ofertada nos CREAS
- Quadro III** CENSO SUAS 2016 - Resultados Geral a Nível Nacional
- Quadro IV** Banco de dados da BDTD
- Quadro V** Banco de dados da BDTD
- Quadro VI** Perfil das pessoas entrevistadas
- Quadro VII** Palavras que mais aparecem nas entrevistas
- Quadro VIII** Organização para possíveis categorias
- Quadro IX** Categorias
- Quadro X** Crianças e Adolescentes vítimas de violência ou violação que ingressaram no PAEFI no período entre 01/2016 a 12/2017

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Formação de Anápolis
- Figura 2** Círculo Encantando – Gayle Rubin (1959)
- Figura 3** Círculo da Igualdade entre Identidades de Gênero
- Figura 4** Círculo da Igualdade entre Orientação Sexual
- Figura 5** Pirâmide das Relações Sociais e de Poder
- Figura 06** Romeo

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 CREAS – Anápolis

FOTO 02 Ludoteca/CREAS - Anápolis

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I	23
1. CREAS: PRINCIPAIS MARCOS NORMATIVOS, REGULATÓRIOS E ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO.....	23
1.1 Contexto Histórico-Político da Educação e do Serviço Social no Brasil.....	29
CAPÍTULO II.....	34
PELOS CAMINHOS DA PESQUISA.....	34
2.1 Aspectos Histórico-Geográficos da Cidade de Anápolis.....	34
2.2 Desafios para Consentimento da Realização da Pesquisa com Profissionais de Educação	37
2.3 Caracterização Técnica e Estrutural do Campo de Pesquisa.....	39
2.4 Procedimentos metodológicos.....	41
CAPÍTULO III.....	49
PROFISSIONAIS DO CREAS: COMPREENSÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ATUAÇÃO NAS ESCOLAS.....	49
3.1 Sociedade, Gênero e Educação.....	52
3.2 CRIANÇAS: O Direito de Ser e se Expressarem.....	66
3.3 GÊNERO: Relação de Poder e Violência.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85

APRESENTAÇÃO

Falar de identidade e expressões de gênero sempre foi algo que me inspirou a pensar. Foi possível perceber que identidade de gênero não se limita ao ser ou não ser, mas ao brotar, ao renascer e ressurgir em si, o romper das barreiras, a transcendência da existência humana. Falar de gênero é se propor a imensuráveis discussões, construções e desconstruções.

O ingresso na graduação me possibilitou a aproximação com a temática de gênero de maneira conceitual, abordando em meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC sobre a atuação do serviço social para mulheres em situação de reclusão, dessa forma, coloquei em prática o Projeto Ético Político do Serviço Social que rompe com o conservadorismo presente nos primórdios da profissão, aderindo ao pensamento marxista¹ que exercita as possibilidades de transformação social trabalhando com as questões que estão ligadas as desigualdades sociais.

Após a graduação, percebi que para discutir luta de classe é necessário mergulharmos na razão que ocasiona outras formas de desigualdades, como por exemplo, as desigualdades de gêneros que foram socialmente construídas. Compreendi que gênero, raça e classe são questões que estão diretamente ligadas. Precisamos refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mutuas e outras que são cruzadas².

A vista disso trouxe novamente para meus estudos as questões de gênero na pós-graduação em nível de especialização e mestrado, compreendendo a importância de repensar práticas educativas que incluam determinadas temáticas como gênero e que essa discussão se constitua de forma pedagógica e contínua.

É uma prática que se faz urgente e necessária, pois, a violência em decorrência do machismo e sexismo estão cada vez mais presentes também no ambiente escolar. Negar o reconhecimento da fluidez da identidade de gênero e

¹ A Teoria Marxista é baseada nas obras do filósofo alemão Karl Marx, que direcionou seus estudos as análises das diferenças de classes, crítica ao capitalismo e a sociedade burguesa.

² “As mulheres negras na construção de uma nova utopia” POR Ângela Davis. Disponível em: <<https://peita.me/blogs/news/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-por-angela-davis>> . Acesso em: 05 de Jul.2018

suas expressões é negar a existência das pessoas, e negando a existência nega-se também os direitos básicos, inclusive a educação e permanência na escola.

INTRODUÇÃO

Trabalhar a temática de gênero se faz necessária a partir do momento em que se percebe o quanto a violência, as desigualdades, e as diferentes maneiras de se ter acesso aos direitos são reforçadas por um sistema machista e patriarcal. Em se tratando de gênero, as crianças também são instigadas a seguirem padrões pré-estabelecidos do que pode e o que não pode socialmente.

Em vista disso, a articulação entre os diversos setores profissionais é indispensável para oportunizar a criança manter-se na escola em um ensino de qualidade sempre pautando formas de minimizar preconceito, discriminação, exclusão e evasão escolar que também estão diretamente ligadas à violação de Direitos, seja por questões de gênero, expressões ou orientação sexual.

A escola também é uma instituição área de atuação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, realizando atendimento e ações às situações de violação de Direitos em proteção social especial de média e alta complexidade. No caso de média complexidade, o qual está inserido o nosso foco de pesquisa, os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, difere-se da alta complexidade que são ações direcionadas a quem se encontra sem referência e ou em situação de ameaça.

Conforme a afirmação de Braun (2009) o trabalho em rede de atenção à criança e ao adolescente tem que trabalhar de forma articulada, propondo ações de proteção e promoção de cidadania com acesso aos direitos e deveres da população infanto-juvenil. É pertinente a forma em que a autora considera as ações em redes voltadas para a população infanto-juvenil, acreditando ser irrealizável e utópicos os trabalhos isolados, pois não atendem a criança em sua integralidade, no universo de singularidade e pluralidade os quais estão inseridos em suas especificidades.

As práticas educativas devem ser pensadas de forma que beneficie a criança conforme o contexto social em que vive numa perspectiva transversal, ou seja, numa política que perpassa pela educação, saúde, serviço social entre outras políticas que atenda cidadãos em sua integralidade, universalidade e singularidade.

A criança, conforme o contexto em que vive começa a se conhecer e a expressar o reconhecimento da sua identidade já em seus primeiros anos de vida. Trazendo para o convívio escolar a cultura a qual pertence como, religião, hábitos e

costumes conforme sua raça/etnia, ou seja, uma construção obtida coletivamente através do seu contexto sócio familiar.

Para além da construção coletiva, trazem consigo uma construção individual, pessoal, uma identidade e a expressão dessas como formas de se reconhecerem no mundo como indivíduos. Em decorrência disso, se veem em meio a conflitos interpessoais em relação às outras crianças, pois, cada uma traz ao ambiente escolar suas vivências, personalidades, identidade e expressões.

A proposta do CREAS é defender e ofertar políticas que intervenham nas vulnerabilidades sociais, priorizando as possíveis exposições de crianças em risco social, incluindo negligência educacional, garantindo a eficácia e acesso aos seus direitos.

Sendo assim, investigamos, segundo a compreensão das profissionais do CREAS, o que a escola elege como problema de gênero³ quando recorre aos seus serviços? Com a possibilidade de alcançar as respostas desse questionamento, nossa pesquisa objetivou analisar a compreensão e a atuação dos profissionais do CREAS frente ao que a escola elege como problema de gênero. E como objetivos específicos investigar a atuação do CREAS em relação às possíveis notificações de violação de direitos da criança na escola referente à identidade e expressões de gênero, analisar as normativas que amparam as ações da Escola e do CREAS em relação à identidade de gênero e averiguar a compreensão que os profissionais do CREAS apresentam sobre Identidade e expressões de Gênero.

Como método de investigação qualitativa realizamos entrevistas semiestruturadas junto as profissionais⁴ que atuam na equipe de trabalho do CREAS, sendo, coordenadora, educadora social, assistente social, psicóloga, e recepcionista. Como instrumentos de entrevista utilizamos também o que elaboramos e chamamos de Círculo da Igualdade entre Identidades de Gênero, Círculo da Igualdade entre Orientação Sexual e Pirâmide das relações de Poder. Com base na teórica Gayle Rubin, que para ilustrar tudo que é aceito ou não na

³ Problema de gênero nesse sentido refere-se aos questionamentos que as profissionais das escolas podem trazer quanto à identidade de gênero e expressões de gênero no ambiente escolar. Judith Butler (1990) como precursora da expressão "Problema de Gênero" questiona a ordem compulsória ordenada a partir do nascimento como sexo/gênero/desejo, dessa forma, questionando ainda a estrutura binária, a fim de discutir sobre a construção de gênero e do sexo que segundo sua teoria, também é discurso e cultural.

⁴ No CREAS1, onde foi realizada as entrevistas, há somente profissionais mulheres, por esse motivo estamos usando o termo as profissionais, no gênero feminino.

sociedade quando se trata de relacionamento afetivo, elaborou o Círculo Encantando.

Os nomes usados para identificar as entrevistadas são fictícios e para tais foram usados nomes de escritoras que desenvolveram trabalhos literários voltados para o público infantil com diferentes temáticas, mas em especial sobre gênero e sexualidade. Assim também, como forma de homenagear e valorizar tais escritoras.

As escritoras que usaremos como nomes fictícios para as entrevistadas são: Carol Arcari - autora do livro infantil “Pipo e Fifi” que aborda conceitos básicos sobre o corpo, sentimentos, convivência e trocas afetivas⁵, Márcia Leite – Educadora e autora dos livros “Olivia tem dois papais” e “Do Jeito que a Gente É” que abordam questões de gênero e orientação sexual⁶, Telma Guimarães – Escritora de diversas obras para o público infanto-juvenil, inclusive o livro “Meninas não entram”⁷, Anna Cláudia Ramos – autora de uma obra espetacular voltada para o público infantil, intitulada “O Fado Padrinho, o Bruxo Afilhado e Outras Coisinhas Mais”⁸, Anne Bozollec – participou da elaboração da obra francesa de 1976 “A História de Júlia e Sua Sombra de Menino”, obra voltada para o público infanto-juvenil que conta a história de Júlia, que gira em torno da temática identidade e expressão de gênero⁹. Georgina Martins¹⁰, autora da obra “Tal Pai, Tal Filho”, que conta a história de um menino que desperta o desejo de ser bailarino mas tem que enfrentar diversos obstáculos, inclusive o preconceito advindo do pai.

Foi usado apenas o primeiro nome das autoras nos excertos para que as falas das pessoas entrevistadas não sejam compreendidas num outro possível contexto, como trechos de obras das autoras.

Todas essas autoras elaboraram obras sobre diversidade, gênero e sexualidade que podem ser trabalhadas com crianças e adolescentes no ambiente escolar, como forma de minimizar preconceitos e trazendo melhor compreensão sobre assuntos que ainda são considerados tabus.

5 Caroline Arcari. <https://www.carolinearcari.com.br/>, <https://www.pipoeffifi.com.br/>

6 Márcia Leite. <https://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=40605>

7 Telma Guimarães. <http://www.telma.com.br/livros/editoras>

8 Anna Claudia Ramos. <http://annaclaudiaramos.com.br/arquivos/course/o-fado-padrinho-o-bruxo-afilhado-e-outras-coisinhas-mais>

9 Anne Bozollec <http://www.edicoeseljineteazul.com/web.php?seccion=colaboradores&idioma=en&id=536>, <https://www.revistalivrosabertos.org/single-post/2016/06/29/A-Hist%C3%B3ria-de-J%C3%BAlia-e-sua-Sombra-de-Menino-Christian-Bruel-Anne-Galland-e-Anne-Bozellec>

10 Georgina Martins <http://www.georginamartins.com.br/>

O Capítulo I, intitulado **CREAS: Principais Marcos Normativos, Regulatórios e Articulação com a Educação**, traz informações dos trabalhos ofertados pela instituição CREAS lócus das entrevistas junto a seus profissionais. Aborda também como se dá as ações em parceria com a educação, os atendimentos, acompanhamentos e atividades, assim como, diferencia o serviço especializado do serviço básico. O mesmo capítulo também expõe o **Contexto Histórico-Político da Educação e do Serviço Social no Brasil**, expondo como a história da Educação quanto do Serviço Social se assemelha politicamente, a luta pela ruptura com o assistencialismo e a redemocratização no Brasil, ambas as histórias traçadas numa mesma época, onde o neoliberalismo e a ditadura tiranizava o país.

O Capítulo II – **Pelos caminhos da pesquisa** - Ao tratar dos aspectos metodológicos, a princípio narramos a história da formação da cidade onde realizamos a pesquisa - Anápolis, concebida a partir de uma devoção religiosa, hoje com seus 111 anos, configura-se como um dos maiores polos industriais do país. Neste capítulo evidenciamos os caminhos percorridos, os desafios na busca do consentimento da realização da pesquisa na educação, assim como, a caracterização técnica e estrutural do campo de pesquisa, o CREAS.

Capítulo III – **PROFISSIONAIS DO CREAS: COMPREENSÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ATUAÇÃO NAS ESCOLAS** tem o intuito de apresentar o que as profissionais do CREAS trazem segundo sua compreensão o que escola elege como problema de gênero, inicia-se apresentando o perfil das pessoas entrevistadas, que entre elas são em sua grande maioria graduadas e atuantes no CREAS, nas áreas de serviço social, psicologia e administração. A maioria das entrevistadas são católicas, todas pertencentes ao gênero feminino e se declararam heterossexual.

O primeiro eixo trabalhado durante as entrevistas foi Identificação e Profissionalidade, onde, as entrevistadas começam falando um pouco de si, sobre sua identidade, orientação sexual, religião e profissão. O segundo eixo, abordou sobre Trabalho e Experiência com a Equipe, dessa forma, explanaram como é realizado o planejamento de trabalho com a equipe, como é realizado o estudo de caso, sobre a estrutura organizacional, normativas e política do CREAS, os quais a partir do Capítulo I, começamos a trazer os excertos que abordam sobre a estrutura

do CREAS e a atuação das profissionais. No terceiro eixo iniciamos a abordagem sobre a compreensão que as mesmas trazem sobre Identidade de Gênero e o trabalho do CREAS em parceria com a Educação e em relação à temática de gênero nas escolas.

No capítulo III, também são trabalhados as categorias, sendo, Categoria 1: **Sociedade, Gênero e Educação**, tem o intuito de analisar os conceitos de gênero e de que maneira esses se re-produzem nas relações sociais, através dos estudos de teóricos que se propuseram investigar essa temática.

Categoria 2: **CRIANÇAS: O Direito de Ser e se Expressarem**, dissertamos sobre o direito da criança de expressar sua identidade e os seus sentimentos, inclusive no ambiente escolar. Mesmo que a criança ainda não tenha se apropriado por completo da cultura a qual está inserido, manifesta-se o desejo de expressar o que sente, vestindo o que gosta, brincando do que prefere e em alguns casos de maneira contrária aos padrões pré-estabelecidos.

Categoria 3: **GÊNERO: Relação de Poder e Violência**, traz a análise que realizamos através da Pirâmide das relações Sociais e de Poder, onde conforme as entrevistadas posicionou as identidades e orientações sexuais na pirâmide, chegamos a conclusão de que as masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas são reconhecidas numa posição de superioridade social em relação a maioria das representatividades do gênero feminino.

O referencial teórico se dá a partir dos autores e autoras que se propuseram através de suas inquietações ideológicas investigarem e refletirem acerca da temática de gênero e suas expressões no âmbito das relações sociais e em especial nas instituições de ensino e no CREAS que são nosso foco de pesquisa.

Para tanto os teóricos e teóricas foram Louro (2000) (1997) (2004) que traz abordagens sobre sexualidade, gênero e educação, Beauvoir (1949) (1970) que fala sobre o sistema de dominação entre os gêneros e o patriarcado na esfera privada para a pública, ou seja, construídas em primeira instância no interior da família, a partir da educação das crianças. Butler (1990) questiona a estabilidade heterossexual, desnaturaliza e coloca gênero para além do binarismo e questiona a ordem compulsória sexo/gênero/desejo. Foucault (1976) que aborda sobre as relações de poder nas camadas sociais, entre os gêneros, Bento (2006) que traz questões de gênero como um construto social, Saffioti (2015) referente a violência

de gênero, Freire (1996) sobre os desafios de uma educação libertadora e inclusiva, livre de preconceito e discriminação, Saviani (2008) com explanação cronológica da história da Educação no Brasil, Braun (2009) expõe sobre a importância do trabalho em rede para proteção e defesa da criança e do adolescente, incluindo as instituições como CREAS e Escolas.

A pesquisa traz outros teóricos que também trabalham as temáticas de gênero, educação e expõem leis e normativas que regulamentam o trabalho do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, como instituição que atua na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, assim como, atendimentos e acompanhamento de indivíduos com seus direitos violados.

Este trabalho investigativo abre outras possibilidades de pesquisa, primeiro porque as pessoas entrevistadas foram todas do gênero feminino, sendo assim, nos questionamos, se tivesse na instituição pesquisada, profissionais do gênero masculino teríamos resultados diferentes, com outras compreensões sobre a temática? Outro ponto a se pensar foi ter a negativa da Secretaria de Educação, para a realização da pesquisa nas escolas da rede pública municipal de educação de Anápolis, neste caso, certamente teria o ponto de vista diretamente dos profissionais que atuam cotidianamente no ambiente escolar.

CAPÍTULO I

CREAS: PRINCIPAIS MARCOS NORMATIVOS, REGULATÓRIOS E ARTICULAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

O CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional, que oferta trabalhos sociais especializado no SUAS - Sistema Único de Assistência Social às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de seus Direitos¹¹.

Entre os objetivos da atenção ofertada pelos serviços do CREAS, podemos citar: a interrupção de padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos. Entre o público foco que deve ser atendido no CREAS, destacamos famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia. Entre a competência do CREAS destacamos a articulação intersetorial com a rede de serviços das demais políticas públicas e dos órgãos de defesa de direitos, onde a Educação é uma das instituições que compõem a área de atuação do CREAS em ações complementares.

Para implantação do CREAS é necessário mapeamento de área estratégica com facilidade de acesso da população, sendo para cidade de médio porte, entre 50.001 a 100.000, implantação de pelo menos 01 CREAS e a partir de 100.001 habitantes, implantação 01 CREAS a cada 200.00 mil habitantes (parâmetro de referência), considerando a realidade de cada território.¹²

Conforme o **Quadro I**, há diversas Normativas que fundamentam os serviços especializados pelo CREAS, entre essas estão a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, nº 8.742 de 1993, que foi criada como forma de assegurar políticas de proteção para quem dela necessitar. A Norma Operacional Básica – NOB/SUAS,

¹¹ Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 17 Mar. 2017

¹² CREAS - Perguntas e Respostas <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/Perguntas%20e%20Respostas%20creas.pdf>. Acesso em: 17 Mar. 2017

2005 que foi reformulada em 2012, apresentando assim, um avanço e fortalecimento das políticas de Assistência Social e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais/2009, que organiza o serviço Socioassistencial por Proteção social básica e níveis de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade.

Quadro I - Normativas que fundamentam os serviços especializados pelo CREAS

- ✓ Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742 – LOAS, 1993;
- ✓ Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004;
- ✓ Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2005;
- ✓ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, 2006;
- ✓ Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2009;
- ✓ Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009;
- ✓ Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010.

Quadro organizado pelo autor (2017).

Fonte: CREAS - Cartilha perguntas e respostas ¹³

No **Quadro II** (logo abaixo) apresentamos os eixos norteadores da proteção social ofertado no CREAS, entre estes, destacamos a Atenção especializada e qualificação do atendimento, Mobilização, Participação social e o Trabalho em Rede.

Quadro II - Eixos norteadores da atenção ofertada nos CREAS

- ✓ Trabalho em rede
- ✓ Atenção especializada e qualificação do atendimento
- ✓ Território e localização do CREAS
- ✓ Acesso a direitos socioassistenciais
- ✓ Centralidade na família
- ✓ Mobilização e participação social

Quadro organizado pelo autor (2017).

Fonte: CREAS - Cartilha Perguntas e Respostas ¹⁴

¹³ CREAS- Cartilha Perguntas e Respostas.

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf

Sobre trabalho de proteção à criança e adolescentes em rede:

A gestão de políticas voltadas para a atenção a criança e adolescente, cada vez mais precisa se atentar para a transversalidade, tanto na proposição de ações quanto na sua execução, otimizando as redes de suporte social com intuito de trazer maior resolubilidade. O diferencial do resultado das ações específicas se dá justamente pela diversidade e especificidade de cada serviço, sendo que a inter-relação entre eles traz complementaridade de concretude no atendimento a criança e adolescente (...) sendo utópico pensar que somente um deles, sem interação com outros setores, será capaz de atender essa população em sua integralidade. (BRAUN, 2009, p.113).

Braun (2009, p.104, 105), ainda acrescenta que esse tipo de gestão deve ser descentralizado e norteado pelo princípio da transversalidade. Com interação entre os profissionais que diversos segmentos como, educação, saúde e assistência social poderão atuar de forma que sejam garantidos os direitos e proteção e desenvolvimento integral à criança. Eis o grande desafio, refletir e propor trabalho em rede garantindo Direitos, principalmente num contexto em que a exclusão social se faz marcante. Diante do exposto a autora ainda fala o quão importante e oportuno é a garantia de Direitos e a definição de estratégias que viabilize um processo de inclusão social.

Quadro: III CENSO SUAS 2016 - Resultados Geral a Nível Nacional

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social Coordenação-Geral de Vigilância Socioassistencial				
Quantidade de CREAS por Região		Quant. de CREAS que Atende <u>Crianças e adolescentes</u> no âmbito do PAEFI em situações de:		
Centro Oeste	223	Discriminação em decorrência da orientação sexual	1680	66,6%
<i>Goiás = 103</i>				
<i>Anápolis = 02</i>				
Região Norte	227	Negligência ou abandono	2409	95,6%
Região Nordeste	967	Violência física	2428	96,30%

¹⁴ CREAS - Cartilha Perguntas e Respostas

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf

Região Sudeste	712	Violência psicológica	2442	96,9%
Região Sul	392	Abuso sexual	2464	97,7%
TOTAL	2521	Situações de exploração sexual	2242	88,9%
Ações e atividades realizadas pelos profissionais dos CREAS				
Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, habitação, trabalho, etc.)			2463	
Palestras			2251	
Capacitação para profissionais sobre os seguintes temas				
Questões de Gênero			1219	
População LGBT			794	
Violências e violações de direitos			2058	
Ações de Articulação do CREAS com a Educação				
Recebe usuários encaminhados pelo CREAS	2271	Quant. de trabalhadores por Gênero		
Encaminha usuários para o CREAS	2180	Feminino	18380	
Acompanha os encaminhamentos	1843	Masculino	4300	
Realiza reuniões periódicas	1008	Qnt.de trabalhadores por profissão		
Troca Informações	2181	Assistente Social	6064	
Realiza estudos de caso em conjunto	1182	Psicólogo	4376	
Desenvolve atividades em parceria	1610	Pedagogo	1339	
Não tem nenhuma articulação	19		

Quadro organizado pelo autor (2017).

Fonte: Censo SUAS¹⁵

No **Quadro III**, é possível perceber a quantidade de CREAS no país dividido entre as regiões, destaca-se a região Centro Oeste com a quantidade de 223 CREAS, desse total são 103 no Estado de Goiás e 02 na cidade de Anápolis. Essa questão da quantidade de CREAS na cidade de Anápolis, a entrevistada [Georgina - Psicóloga] aponta sobre estrutura organizacional do CREAS, quando ressaltou a necessidade da formação de mais um CREAS em Anápolis, devido o aumento da demanda na cidade. Sobre essa observação veremos em detalhe no Capítulo II no subitem 3 que trata da Caracterização Técnica e Estrutural do Campo de Pesquisa.

Podemos observar conforme o censo o Sistema Único de Assistência Social/SUAS/2016, descrito no Quadro III, um grande número de atendimento nos CREAS em decorrência da discriminação por Orientação Sexual. Neste caso, vale

¹⁵ Censo SUAS. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 17 Mar. 2017

pensar se todos esses casos relatados foram exatamente sobre orientação sexual ou se entre estes houve atendimentos referente a questões de identidade de gênero, pois, durante as entrevistas realizadas no CREAS foi possível observar que determinados momentos as entrevistadas confundem Orientação sexual com Identidade de Gênero. E esses dados apresentados no Quadro III são inseridos no sistema pelos próprios funcionários do CREAS, por esse motivo atentamos para a possível fidedignidade dessa informação.

Quando perguntamos para uma das entrevistadas qual era sua identidade de gênero, ela respondeu *Feminino*, e quando perguntei sobre sua orientação sexual ela também respondeu *Feminino*. Segundo a autora Jaqueline de Jesus (2012, p. 12) Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetiva sexual por alguém de algum/ns gênero/s. Ou seja, a orientação sexual da pessoa pode ser heterossexual, bissexual, homossexual ou pansexual. E se identificar como masculino ou feminino refere-se a sua identidade de gênero.

O Quadro III traz um resumo das principais atividades dos CREAS desenvolvidas em todo país, inclusive sua Articulação com a Educação, entre as 2521 unidades do CREAS no Brasil, 1182 desenvolveram estudo de caso em conjunto com a Educação. Como nosso foco de pesquisa é Gênero, CREAS e Educação, esse é um dado de extrema relevância, pois, além de Estudo de Caso ser um dos pontos altos entre as atividades do CREAS, fazer-se em parceria com outras instituições e neste caso com a Educação, denota uma importante articulação. As entrevistadas do CREAS falaram sobre o estudo de caso em algumas situações mais complexa e sobre a participação da família, educação e outras Instituições:

(...) a gente faz estudo de caso reúne a equipe, direciona mais ou menos o trabalho com toda a equipe pra ter assim, várias opiniões de cada um dos profissionais... Apenas os casos mais complexo [Carol- Educ. Social]

Eu acho muito importante, acho importantíssimo. Dentro do CREAS não tem como você trabalhar sem estudo de caso. Há casos que até a família é importante ta presente. Depende do caso a gente pode chamar até a pessoa do grupo familiar pra conseguir estratégia de resolver as questões néh. Se o envolvimento é na escola, a escola tem que tá presente. [Anne - Assist. Social]

Tem casos muito complexo, então não dá pra gente discutir muitos casos, por isso que cada encontro os profissionais levam um caso. e no outro encontro a gente dá o retorno daquele outro caso, o que foi feito, as providências... nós, enquanto CREAS já fomos participar de estudo de caso dentro do CAPS De uma família que eu acompanho percebi a necessidade de todos daquela família precisava de uma avaliação do pessoal do CAPS, fiz o encaminhamento, conseguimos o atendimento, aí a equipe do CAPS solicitou que a gente fosse numa reunião onde foi feito um estudo de caso dos integrantes dessa família. [Telma - Psicóloga]

A educação já participou recentemente nós fomos lá ao CEMAD que também é extensão da educação pra fazer essa interação também. Então nós temos sim, nós temos pessoas específicas que sempre que a gente tem alguns problemas mais pontuais a gente chama a rede e estuda o caso, então, hoje eu posso dizer que nós temos uma interação bacana com a rede. [Georgina - Psicóloga]

Por este motivo uma das Orientações do MDS é que o CREAS tenha espaço adequado tanto para atendimentos psicossociais individuais como em grupo, para acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico, entre outros encaminhamentos¹⁶.

No ano de 2016, conforme o CENSO/SUAS, houve 1219 capacitações para profissionais do CREAS sobre questões de gênero, e sobre População LGBT aconteceram 794. Este mesmo recenseamento ressalta que 18380 profissionais do CREAS são do gênero feminino, enquanto apenas 4300 são do gênero masculino.

O que se observa também em nosso campo de pesquisa em Anápolis, pois, todas as profissionais do CREAS que foram entrevistadas, são do gênero feminino. A explicação possível para essa aproximação em maior número do gênero feminino ao CREAS se dá historicamente, na qual as atividades relacionadas ao Serviço Social, os cursos além de terem uma ligação direta com a Igreja, também eram direcionados apenas para o gênero feminino, preferencialmente jovem. Mesmo havendo uma ruptura com o conservadorismo e estendido o direito para que indivíduos do gênero masculino realizasse o curso e atuasse profissionalmente, a presença feminina nessa área ainda é numerosamente expressiva.

¹⁶ Cartilha de Perguntas e Respostas – CREA

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf>.

Ainda no Quadro III, descreve-se a quantidade de CREAS que atenderam crianças e adolescentes no âmbito do PAEFI, em diversas situações de vulnerabilidade. O serviço de Média Complexidade oferece serviço de proteção para Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias, assim como também atua na em Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço de Proteção Básica é disponibilizado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que dispõe de atendimento integral a família (PAIF), Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

O Serviço especializado de Alta Complexidade atende pessoas que geralmente já perderam o vínculo familiar. Desenvolvem serviços de Acolhimento Institucional em abrigos, Casa-Lar, Casa de passagem. Desenvolve também Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Tanto o Serviço de Proteção Social de Média como o de Alta Complexidade são ofertados pelo CREAS. A diferença principal entre essas políticas de Assistência Social é que o CREAS oferta Serviço Especializado e o CRAS oferta Serviço de Atenção Básica.

1. Contexto Histórico-Político da Educação e do Serviço Social no Brasil

É certo afirmar que tanto a Educação quanto o Serviço Social no Brasil sofreram em época de repressão, assim como, passaram por significativas transformações. Transformações estas, refletidas pela situação socioeconômica e política do país.

Dentro do contexto industrializador e o crescimento nas áreas urbanas, surge a primeira missão do Serviço Social no Brasil: o controle da massa operária. Foi em 1930 (período de Revolução Industrial), que a profissão do serviço social surgiu no Brasil. Também nessa década foi criada o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Segundo Yamamoto (1998), a situação socioeconômica da época, direcionou o estado a adotar algumas exigências do povo brasileiro, em especial as que requeriam soluções para situações como, alimentação, moradia e saúde. Dessa

forma, o governo federal através de uma legislação social e salarial ampliou as bases do reconhecimento da cidadania social.

Antes disso, em São Paulo e Rio de Janeiro entre 1920 e 1923, surgiu a Associação Senhoras Católicas, com ações desenvolvidas pela burguesia paulista e carioca. Desviavam um pouco das atividades tradicionais de caridade e direcionava suas ações às crianças e mulheres, dessa vez não mais somente aos indigentes. (BOGADO; BRANCO, 2009).

Segundo Libâneo; Oliveira & Toschi, (2008), nas décadas de 1930 e 1940, período de ditadura no governo Vargas, integrava-se também um poder centralizador, onde católicos e liberais participaram da elaboração da proposta educacional do primeiro período desse Governo:

Os católicos conservadores opunham-se à política de laicização da escola pública, conseguindo acrescentar a Constituição Federal de 1934 o ensino religioso nas escolas. Por força dessa mesma Constituição, o Estado passou a fiscalizar e regulamentar as instituições de ensino público e particular. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2008, p.136).

Falando-se na influência religiosa em determinadas temáticas, vale ressaltar que o serviço social tem sua base formada no assistencialismo e na caridade. Foram constituídas diversas iniciativas da Política de Serviço Social em São Paulo e Rio de Janeiro, incluindo o Centro de Estudo de Ações Sociais-CEAS, que tinha como objetivo:

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas e resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p.173 apud BOGADO; BRANCO, 2009, p. 145).

Neste primeiro momento quem cursava serviço social eram apenas mulheres que tinham formação religiosa de classe que obviamente dominava o meio social e político. Mais tarde, em 1938 é que foi criada a primeira classe de formação em serviço social para homens. Foi neste mesmo ano que vinculado ao Ministério da Educação e Saúde criou-se também o Conselho Nacional de Serviço Social por Getúlio Vargas.

Também ao final dos anos 1930 surge a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que a partir daí estudos mais sistemáticos em educação começam a desenvolver (GATTI, 2007).

No intuito de intermear brevemente a história da Educação e Serviço Social no Brasil, enfatizamos a abordagem que Saviani (2008) traz sobre a história da educação dividida em quatro períodos. O primeiro período se dividiu em duas fases, sendo, Basílica que foi de 1549 a 1599, e a segunda Jesuíta de 1599 a 1759. No segundo período da história da educação foi estabelecida a Pedagogia Tradicional, entre 1759 a 1827, onde tinha como foco o professor, a escola não se envolve nos problemas sociais, pois seu intuito era a formação moral e intelectual do aluno. Era o professor que detinha todo o conhecimento, os alunos não tinham o direito de fazer questionamentos, pois, já lhe era imposto os conteúdos como verdades absolutas.

O terceiro período traz o predomínio da Pedagogia Nova (1932 a 1969), onde o aluno passa a ser o foco e não mais o professor como no segundo período. A escola se volta em torno do aprendizado do aluno, o professor não será mais o único detentor de conhecimento, não sendo mais o único ter o que ensinar. Nessa ocasião foi encaminhado para o congresso a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com diversos conflitos entre os defensores da escola pública e os defensores do ensino privado. Depois de longo tempo de tramitação foi sancionada em 20/11/1961. O quarto período é marcado pela Pedagogia Tecnicista com início em 1969 se estendendo até 1980, onde o importante é aprender a fazer. (SAVIANI, 2008)

Entre 1950 e 1960, os profissionais de serviço social foram qualificados para colocar em prática os programas sociais. Por volta de 1965 nasce a proposta de transformação da sociedade, onde os conteúdos, objetivos e métodos são debatidos. A partir daí a fim de repensar os problemas sócioestruturais de forma coletiva e não mais individuais, surge então o movimento de reconceituação, com o intuito de romper com práticas conservadoras e assistencialistas, para um perfil profissional mais crítico.

Com o protagonismo dos movimentos sociais e sindicatos, em 1970, cenário político no Brasil iniciou suas modificações, através do reordenamento político e institucional. A Redemocratização no Brasil só teve sua conclusão em 1985. No início dos anos 1990, o quadro que se apresentava era de uma sociedade civil

organizada e mobilizada na busca de direitos sociais como a Seguridade Social, tida como direito de todos e dever do Estado. Por outro lado, houve uma grande crise econômica, o neoliberalismo trouxe privatizações, apostando-se assim, num Estado Mínimo.

Foi indispensável que houvesse algumas modificações no Código de Ética de 1986 a fim de atender de forma democrática em favor de quem necessitasse da Assistência Social de acordo com a realidade do momento, promulgou-se então em 15 de Março de 1993 o Código de Ética Profissional do Assistente Social. Posteriormente neste mesmo período em 7 de Julho de 1993 é promulgada a Lei 8662/1993 que regulamenta e dispõe sobre a profissão de Assistente Social, dando assim um caráter organizacional político e para fins judiciais da profissão.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) DE 1993, a Assistência Social, a Saúde, e a Previdência Social, compreendeu a Seguridade Social, como um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos (C.F.art.194.). Desta forma a fim de assegurar e garantir os direitos e atendimento de forma eficaz aos usuários da Assistência Social promulga-se em Dezembro de 1993 A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS) que prescreve em seu art. 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993).

A Seguridade Social traz a afirmação de que as pessoas tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que garantam, previnam ou diminuam situações de risco e de vulnerabilidade social. No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (a partir de 2003), percebe-se um progresso estimável na sua relação com os movimentos sociais.

O governo do Presidente Lula da Silva abriu mais espaços para efetivação das pautas sobre Direitos Humanos, Sociais e Fundamentais no Brasil. As políticas referente a orientação sexual, gênero, enfrentamento ao sexismo a à homofobia tiveram amparo nas propostas de ações governamentais relativas à educação, conscientização e mobilização nos períodos de: 2002 no Programa Nacional de Direitos Humanos II; 2004 no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; 2004 no

Programa Brasil sem Homofobia, 2006 no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos gestados a partir de lutas e transformações que receberam maior impulso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988; 2006 sancionada a Lei 11.340/Maria da Penha; 2015 sancionada a Lei 13.104/2015, Femicídio¹⁷. Isso, citando apenas alguns dos muitos planos proporcionados pelos Governos Lula e posteriormente Dilma.

Como Gênero é o foco de nossa pesquisa, não poderia deixar de citar que nas eleições de 2010, a Senhora Dilma Rousseff, foi a primeira mulher na história do Brasil a assumir a Presidência da República. Este governo também apresentou um crescimento significativo em algumas políticas como, a construção de novas fábricas e implantação de novas linhas de produção, recuperação do crescimento das exportações, ampliação da produção e das vendas para o mercado interno até 2014¹⁸. Cenário que começa a mudar negativamente a partir de 2015, pós Golpe com o Impeachment da presidente Dilma e posse do vice-presidente Michel Temer, onde, um retrocesso de todas as políticas sociais se inicia.

¹⁷ RIBEIRO. Mônica Dias. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. <<http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/MONICA%20-%20ORIENT%20%20ANGELA.pdf>>

¹⁸ ESPECIAL GOVERNO LULA DA SILVA. Disponível em: <<https://marciogedri.wixsite.com/geoeconomica/single-post/2017/05/11/ESPECIAL-GOVERNO-LULA-DA-SILVA-A-pol%C3%ADtica-industrial-dos-governos-FHC-Lula-e-Dilma-e-seu-reflexos-no-setor-de-revestimentos-cer%C3%A2micos>>

CAPÍTULO II

PELOS CAMINHOS DA PESQUISA

1. Aspectos Histórico-Geográficos da Cidade de Anápolis

A população de Anápolis até o último censo de 2010 é de 334.613 pessoas. Estima-se que, até o final do ano de 2017 aproximaria dos 375.142 habitantes.

A cidade apresenta desenvolvimento econômico considerável, haja vista, o número de empresas que se instalaram na cidade, atualmente grandes responsáveis pela geração de emprego e renda. Com um dos maiores polos farmacêuticos da América Latina, Anápolis está localizada entre as rodovias federais BR-153 e BR-060, ficando assim a 53 km de capital do estado de Goiás e a 130 km da capital federal.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Anápolis é considerada uma das cidades mais religiosas do país. A amostragem da pesquisa realizada pelo IBGE/2010 traz Católicos Apostólicos Romano em um número de 190.204 religiosos, ou seja, 56,90% da população Anapolina. Evangélicos também, sob o expresso número de 115.244 (34,47%), Espíritas 4.587(1,37%) e Testemunhas de Jeová em 1.861 (0,55%). Apenas 5,15% da população declaram não pertencer a nenhuma denominação religiosa. Umbandistas ou Candomblecistas foram computados 206 pessoas, 105 islamistas e 108 de religiões de tradições esotéricas. O montante de 2.229 pessoas ficou subdividida entre outras religiões cristãs¹⁹.

Acreditamos pertinente trazer a questão da religiosidade da cidade onde foi realizada a pesquisa por dois motivos que se segue: primeiro porque a história da constituição da cidade está diretamente ligada à devoção religiosa, crença e fé. Segundo, pela a influência da religião em determinadas questões sociais e nas decisões políticas, assim como, temáticas relacionadas à sexualidade, orientação sexual, gênero e educação, sendo estas as quais trabalhamos em nossa pesquisa, com foco nas duas últimas. Por exemplo, uma das entrevistadas ao falar de relação de poder entre os gênero masculino e feminino e questões socialmente construídas, relacionou machismo a questões religiosas e ensinamentos bíblicos:

¹⁹ IBGE. Anápolis – Religião. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anapolis/pesquisa/23/22107?detalhes=tru>

(...) E quando você vê que a pessoa ainda vem, traz a religião também junto, aí que o machismo aparece, mas o homem tá mais a frente. Você vê que até nas questões bíblicas o homem que é contado néh. Então ainda tem isso. [Anne - Assist. Social]

Planeando o primeiro motivo, conta a história que, em 1871 sob determinação de Gomes de Sousa Ramos, ergueu-se em construção a primeira Capela da cidade, nomeada Capela Nossa Senhora Santana, formando ao seu redor o povoado Freguesia de Santana das Antas, hoje a então cidade de Anápolis.

Figura 1: Formação de Anápolis



Fonte: Anápolis melhor²⁰

Conforme ilustrado na Figura 1, o fato se deu, pois, segundo relatos ressaltados pela história ao longo dos anos, Dona Ana das Dores de Almeida, mãe de Gomes de Sousa Ramos, ao passar em viagem por tal local, um dos animais que integrava a tropa, empacou, sendo este o qual trazia em sua bagagem a imagem da Santa. Depois de inúmeras tentativas em fazê-lo seguir, Dona Ana das Dores entendeu que se tratava então, de um desejo da Santa de ali ficar. Sendo assim, diante da promessa de Dona Ana, de naquele local erguer uma capela em nome da Santa, seu filho Gomes de Sousa, 11 anos mais tarde fez-se cumprir²¹.

²⁰ Anápolis melhor. Disponível em: <<http://anapolismelhor.blogspot.com.br/>> Acesso em: Abr.2018

²¹ História de Anápolis. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/historia-da-cidade>

Dessa forma, podemos observar que a história de Anápolis se constituiu sob preceitos religiosos os quais estando enraizados podem influenciar na opinião pública referente às diversas temáticas que são consideradas tabus, como sexo, gênero, orientação sexual entre outros.

Atualmente indivíduos manifestam nas ruas e nas redes sociais, de forma negativa sobre trabalhar a temática de gênero nas escolas, são discursos que encontram apoio dos núcleos religiosos com forte representatividade na atual política brasileira. Sendo então, um insulto à laicidade do Estado, ameaça à democracia e os direitos sociais. O filósofo Ribeiro (2017), traz em um dos seus artigos que, “a democracia não se trata apenas de política, mas de direito social” e acrescenta que no Brasil a direita democrática se aliou a direita comportamental, e que essa forma de política reforça entre outros, a homofobia e coloca toda a democracia em risco.²²

Nós, enquanto profissionais, temos que estar sempre atentos para que jamais façamos atendimentos messiânicos e ou com pré-julgamentos morais aos usuários do sistema (me refiro neste momento aos assistentes sociais, minha área por formação e atuação). Não está dentro de nossa área de atuação, julgar, discriminar e ou acusar, mas sim, conforme nossos princípios, realizar atendimentos pautados no respeito a todas as diferenças, seja de classe, gênero ou étnico/racial, conforme Paiva (2005) argumenta:

Esse princípio assegura direitos para os assistentes sociais e, também exige o respeito para com as diferenças dos usuários e outros profissionais. Muito mais do que uma bela afirmação de compromissos destaca-se no conjunto das proposituras éticas do Serviço Social pelo sensível imbricamento de importantes ideais e pressupostos valorativos que o compõe. Ou seja, contempla as preocupações anteriores no que diz respeito à experiência particular e subjetiva da liberdade, tanto pertinentes a grupos e atores sociais quando aliada as diversas inflexões e explicitações das singularidades que determinam os indivíduos, cultural e socialmente. (PAIVA, 2005, p.205).

A atual conjuntura política não tem prezado pela laicidade do Estado, impõe-se seus preceitos religiosos em assuntos como a discussão de gênero e sexualidade nas escolas. Ribeiro (2017) ressalta que “Laicidade não é apenas não ter os

²² RIBEIRO. Renato Janine. A democracia vai crescer ou diminuir? Cap. II. p.53 In: VASCONCELOS A. (Orgs.). Brasil nas ondas do Mundo. Editora: EDUEFCG, 2007.

símbolos religiosos em sala de aula e não admitir a colonização da sociedade pela Igreja, laicidade é dar opções de igualdade de oportunidades.²³” A partir daí dar-se então, o segundo motivo de citar a influência da religiosidade na cidade a qual realizamos a pesquisa.

2. Desafios para Consentimento da Realização da Pesquisa com Profissionais de Educação

No primeiro momento havíamos planejado realizar as entrevistas com profissionais das escolas de Ensino Fundamental I, da rede municipal de educação de Anápolis e com profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Para tal, através de um breve histórico de algumas instituições de ensino de Anápolis, elegemos três escolas as quais não citaremos os nomes completos, apenas sigla. Escolhemos a Escola MJLO, por ser uma das escolas mais antiga da cidade, a mesma tem boa estrutura, traz em sua composição 11 salas de aulas, biblioteca, sala de recursos multifuncionais para atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de leitura, parque infantil, banheiro com acessibilidade, entre outras dependências. Segundo o Censo Escolar de 2016, tem em média 200 alunos no Ensino Fundamental I, no Ensino Fundamental II tem 161 e um total de 44 profissionais. Localiza-se na zona urbana, próximo ao centro da cidade.

A segunda eleita para realização da pesquisa foi a Escola MRRP, localizada na zona urbana, direção Sul da cidade, fica ao seu redor um bairro nobre entre outros bairros bem estruturados de classe média. A escola tem em sua composição estrutural 12 salas, 52 profissional, tem também AEE e biblioteca. Um total de 640 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental I.

A Escola MPEDCA foi a terceira escola eleita. Localiza-se na parte Oeste da cidade, em um bairro periférico, onde tanto a escola quanto o bairro são de estrutura precária. A escola não tem acessibilidade para portadores de deficiência, nem

²³ Revista Veras, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 5-26, janeiro/junho, 2017. DOI: 10.14212/veras.vol7.n1.ano2017.art305. Entrevista: Renato Janine Ribeiro “Uma onda educativa é a via do Brasil” Disponível em: <<http://site.veracruz.edu.br/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/viewFile/305/pdf>> Acesso em: Out.2018.

biblioteca. Em seu quadro de funcionário há 32 profissionais e 415 alunos matriculados no Ensino Fundamental I.

Porém, algumas das nossas inquietações silenciadas nesse projeto foram: os profissionais dessas instituições, estando em espaços com público de diferentes realidades social, apresentariam resultados com relevante nuances, devido ao contexto que estão inseridos? Haja vista que, estes profissionais lidam com estruturas desiguais de uma escola para outra, uma escola em bairro centralizado, a outra na parte sul da cidade tendo em sua volta bairros bem desenvolvidos economicamente, sendo que a terceira escola é extremamente carente. Qual a percepção desses profissionais referente à temática em questão? O que a escola elege como problema de gênero quando recorre ao CREAS, segundo a percepção dos profissionais dessas instituições?

São indagações que não serão respondidas, pois, nos foi negado pela Secretaria Municipal de Educação o acesso às instituições e aos profissionais para realização da pesquisa. O argumento usado para negar a realização das entrevistas no primeiro momento foi que, os alunos não estavam preparados para responder pesquisas que traz a temática de gênero. Depois que elucidamos que as pessoas entrevistadas seriam os/as profissionais e não os/as alunos nos disseram que em breve entrariam em greve. Mesmo nos colocando a disposição para realizar a pesquisa na escola depois que voltassem da greve, o diálogo foi finalizado alegando ser impossível a realização da pesquisa com profissionais de educação e sugerindo que procurássemos escolas do âmbito privado para realizar a pesquisa.

A outra instância na qual planejamos realizar a pesquisa foi o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e no sentido contrário as objeções da Secretaria Municipal de Educação em questão, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, permitiu o acesso aos seus profissionais para realização das entrevistas. Devido às modificações referentes ao campo de pesquisa, somente as profissionais do CREAS foram entrevistadas, com o objetivo de analisar a compreensão e a atuação dos profissionais do CREAS frente ao que a escola elege como problema de gênero.

3. Caracterização Técnica e Estrutural do Campo de Pesquisa

Em Anápolis há duas unidades CREAS, que são denominados: CREAS 1 e CREAS 2. Funcionam em imóveis diferentes, porém localizando-se no mesmo terreno (conforme Foto 01 – CREAS – Anápolis) na parte central da cidade.

Foto 01 - CREAS - Anápolis



Fonte: Foto tirada pelo autor (2018)

Ambos desenvolvem as mesmas políticas PAEFI²⁴ e Medidas, sendo que, o Centro Pop, assim como, o Centro de Referência de Atendimento a Mulher, são políticas desenvolvidas pelo CREAS. Na entrada tem placa de identificação e as casas não são compartilhadas com outros órgãos, o que é uma vantagem, pois, faz assim, jus as orientação técnica da política do SUAS, resguardando assim, o direito do usuário ao sigilo de situações vivenciadas.

A orientação técnica ressalta ainda que a equipe do CREAS pondere e determine quais as informações que poderão compor relatórios (de acompanhamento familiar, de atividades da Unidade, relatórios para o órgão gestor de Assistência Social, para os órgãos de defesa de direitos, quando for o caso, dentre outros) e, igualmente, a troca de informações de uma forma geral com a rede, observadas as questões relativas à ética profissional. (BRASIL/MDS, 2011).

O quadro de profissionais do CREAS 1 de Anápolis (nosso *locus* de pesquisa) é constituído por 01 Coordenadora, 02 Assistentes Sociais, 02 Psicólogas, 01

²⁴PAEIF - Programa de Assistência Especializada e Integral a família - conta com uma equipe de psicólogos que fazem atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violências, realiza visitas, autuações e acompanhamentos, e realização de palestras sobre diversas temáticas em escolas da rede pública. Centro POP Atende População de Rua. MEDIDAS - destinado a adolescentes em conflito com a lei, onde a equipe do CREAS acompanha e executa as medidas socioeducativas e de Prestação de Serviços Comunitários junto a adolescentes em conflito com a lei, determinadas pelo judiciário como medidas de remissão.

Advogada, 03 Educadoras Sociais e 01 Auxiliar Administrativo. A Diretora de Proteção Especial Social é responsável pelo: CREAS, Centro Pop, Centro de Referência de Atendimento a Mulher e as Instituições de Acolhimento. Mesmo com essa equipe multiprofissional, uma das entrevistadas do CREAS ressalta sobre a estrutura organizacional da Instituição, a necessidade de ampliar e complementar equipe e mesmo a implantação de outro CREAS a fim de atender a crescente demanda na cidade de Anápolis:

*Hoje nós estamos dentro da meta, mas a demanda é muito grande, é uma demanda altíssima na média complexidade, nós temos dois CREAS, duas equipes não completas, mas uma equipe hoje que já dá conta de fazer um trabalho que nos dá uma eficiência, no caso, satisfatório, mas eu acho que a maior dificuldade seria mesmo completar essa equipe pra demanda que nós temos, pois pra demanda que nós temos, nós poderíamos ter outra equipe.
[Georgina - Psicóloga]*

Para melhor atendimento psicossocial às crianças vítimas de violência o CREAS 1 possui uma Ludoteca, ou seja, uma sala equipada com jogos, brinquedos e livros, a sala foi instalada no ano de 2014 a partir da parceria entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e uma empresa privada.

Foto 02– Ludoteca/CREAS – Anápolis



Fonte: Foto tirada pelo autor (2018)

Neste espaço há jogos e brinquedos pedagógicos voltados a melhoria dos atendimentos de crianças e adolescentes em situação de violência. Os brinquedos são diversos como; tabuleiros, jogos de encaixe, quebra-cabeças entre outros, não apenas brinquedos que possam sugerir o que é direcionado para meninos e ou para meninas, como bonecas e bola.

4. Procedimentos metodológicos

As pesquisas no contexto educacional podem sinalizar relevantes pontos da especificidade humana, até porque a educação para além da abordagem referente ao desenvolvimento bioneurológico implicados nas nossas possibilidades de aprendizados, alcança também questões de ordem social mais ampla. A educação processa-se dentro de um sistema de relações sociais, institucionalizando-se em sistemas escolares. Trata-se do envolvimento de toda a complexidade humana, desde o corpo até as ideias, num processo de consolidação, contradição e mudanças. (GATTI, 2007).

Realizar pesquisa vai muito além que estar em campo, muito mais que produção de dados, transcrever e observar. É necessário postura, ética, respeito, preparação, pensamento crítico e reflexivo. É importante, de acordo com Bogdan (1994, p.208), ponderarmos qual tipo de estudo quer realizar, tipo de questões que serão usadas, sendo que as questões gerais poderão ao decorrer da investigação, nos orientar e ajudar a organizar a construção de dados. Bogdan (1994, p. 210), sugere ainda que, ao redigir nossas conclusões pode-se tentar associar os resultados substantivos e temas teóricos formais, refletindo sobre o impacto que essas conclusões podem ter no comportamento humano em geral.

Analisar a compreensão e a atuação dos profissionais CREAS frente ao que a escola elege como problema de gênero, é o principal objetivo desta pesquisa. Deste modo, se faz necessário efetivar ações, estratégias e métodos os quais serão usados para que não só o objetivo geral, mas também os específicos possam ser alcançados.

Como já exposto, iríamos também ao encontro dos profissionais de educação, para tal, planejamos entrevistas, e para os profissionais do CREAS, questionário aberto. Mas, como a pesquisa nas escolas não foi autorizada, as entrevistas foram realizadas com os profissionais do CREAS que atuam dentro da Rede de Proteção Social à Crianças e Adolescentes, inclusive tendo as Instituições Educacionais como uma de suas parceiras.

Em pesquisa no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre os anos de 2015 e 2017²⁵, encontramos 08 trabalhos de dissertação que trabalham com a temática Gênero e Escola. Dois desses trabalhos nos chamaram a atenção, um porque buscou observar quais eram as concepções de feminilidade e masculinidade no ambiente escolar, assunto este que se aproxima bastante dos objetivos da nossa pesquisa. O outro trabalho que também despertou a atenção foi por observar que a autora trouxe três aspectos interessantes: 1) a reprodução de ações de caráter sexista, estereotipado e conservador na escola; 2) problematização na escola sobre o conceito de gênero para a promoção de uma escola sem violência e equidade de gênero; 3) questões sociais de gênero e bullying escolar.

No mesmo banco de dados entre os três últimos anos, encontramos 02 trabalhos usando os indicadores CREAS e Educação, os quais abordam mais diretamente sobre medidas socioeducativas para adolescentes. Usando os indicadores CREAS, Educação e Gênero, enquanto, CREAS, Educação e Escola, nenhum registro foi encontrado.

Essas pesquisas em bancos de dados por fontes bibliográficas que trabalharam a mesma temáticas que estamos trabalhando, são também importantes, pois, podem possibilitar embasamento teórico a nossa pesquisa. Para a elaboração do projeto de pesquisa é válido afirmar que o método é o instrumento responsável pela estrutura do trabalho.

É primordial ter conhecimentos do método que será desenvolvido no projeto, Cruz (2011, p 81, 82) explana que a realização de todas as pesquisas científica envolve a metodologia, o método e as técnicas de pesquisa.

²⁵O fato dessa busca no banco de dados ter sido realizada entre os anos de 2015 a 2017, se da, pois, pelo motivo que se segue. O Projeto Escola Sem Partido (Lei nº 867/2015), que alega trazer as diretrizes e bases da educação nacional, no decorrer dos seus artigos assim como, no Art. 2º aborda sobre neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado. No seguinte ano foi apresentado ao Senado o Projeto nº 193/2016, onde no Art. 2º diferente do primeiro projeto apresentado em 2015, acrescenta o Parágrafo único: “O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.” Ambos os projetos emergiram ao conhecimento da população, tomando assim, proporções em grande escala. Assim sendo, dentro do recorte temporal o qual elegemos, procuramos observar se desde então, houve o interesse de realização de pesquisas que contemplassem a temática de gênero no âmbito da educação, assim como, na área de assistência social especializada.

Sendo este um estudo de caráter descritivo em busca do entendimento de um fenômeno, de acordo com Godoy (1995), o mais indicado a desenvolver é a análise qualitativa, sendo essa, a qual foi aqui utilizada.

Godoy (1995 p.58), ainda acrescenta que pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, indivíduos e ou dos participantes da situação em estudo. A abordagem da pesquisa é qualitativa com entrevista semiestruturada, onde o entrevistador tem liberdade de redirecionar as perguntas de forma que considere mais adequada e ampla. (CRUZ, 2011).

Segundo o Censo SUAS de 2016, os profissionais das áreas de Assistência Social, Psicologia, Pedagogia e Direito estão em maior número entre os profissionais de todo o Brasil. O CREAS de Anápolis não tem Pedagogo. A princípio a ideia era realizar as entrevistas no CREAS, com uma pessoa de cada profissão, sendo, uma pessoa da coordenação, um/a assistente social, um/a educadora social, um/a psicólogo e um/a advogado. Ao me aproximar do quadro de funcionários, resolvi entrevistar duas assistentes sociais que estão trabalhando no CREAS, uma por ter mais tempo de atuação de profissão, inclusive na instituição, a outra por estar menos tempo, gostaria de analisar se entre as duas há relevante disparidade de compreensão e atuação sobre a temática abordada, dessa forma, também sucedeu com duas psicólogas da Instituição.

O Símbolo da assistência social exprime o caráter da justiça social e a cor verde representa a esperança²⁶, assim a cor verde prevalece nos quadros apresentados ao longo desse trabalho.

No **Quadro IV**, logo abaixo, apresenta-se o levantamento bibliográfico realizado no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Com os descritores CREAS e Educação, foram encontrados dois trabalhos de dissertação, entre eles, um que aborda a violência simbólica na escola, mas com pouca relevância para nossa pesquisa.

²⁶ CFESS – Perguntas Frequentes. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>>. Acesso em: Abr.de 2018.

Quadro IV - Banco de dados da BDTD
Período de Publicação: 2015 a 2017. Grau: Dissertação. Assunto: CREAS e Educação (2)

ANO de Pub.	TEMA	AUTOR (A)PRINCIPAL	INST.
2015	Educação, currículo escolar e violência simbólica: um estudo de caso sobre adolescentes atendidos pelo centro de referência especializado de assistência social–CREAS/ES (2010-2014).	MACHADO, Rosely Maria Aparecida	UFES
2015	Concepções de adolescentes autores de ato infracional sobre a escola, 2015.	LOURENÇÃO, Elizabeth Soares	UNESP

Fonte: BDTD²⁷ Quadro organizado pelo autor (2017).

Conforme o Quadro V, que corresponde a pesquisa realizado no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), quando usado os descritores Gênero e Educação com o recorte temporal entre 2015 e 2017, foram localizados 08 dissertações.

Quadro V - Banco de dados da BDTD
Assunto: Gênero e Educação (8) - Ano: 2015 – 2017- Grau: Dissertação

ANO	TEMA	AUTOR(A)S	TEÓRICOS	INST.
2015	Relações de gênero na infância: uma experiência na escola democrática	BORGES, <u>Divimary</u>	BOURDIEU, LOURO, SCOTT	USP
2016	E a moral da história é: cinema, gênero e imaginário na educação.	TRINDADE, Fabiani	SAVIANI, FREIRE, VYGOTSKY.	UNESP
2015	Mulher e o mundo do trabalho: histórias de vida de estudantes no programa nacional mulheres mil instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Tocantins IFTO.	<u>AMORIM, Janaína Miranda</u>	BEAUVOIR, BOURDIEU, BUTLER, ENGELS, LE GOFF, LOURO,	UFSM
2015	As estratégias de redescrição na análise do tripé gênero, educação e cultura no contexto do filme escritores da liberdade.	<u>BARROS, Claudia Correia da Silva</u>	BEAUVOIR, BUTLER, ENGELS, FREIRE, SAFIOTTI, SCOTT	PUC/GOIÁS
2016	Participação feminina no futsal escolar de ribeirão preto: a perspectiva de jogadoras do ensino médio sobre questões de gênero.	OLIVEIRA, <u>Flavia Volta Cortes de</u>	BOURDIEU, LOURO, SCOTT	USP
2015	As relações de gênero e os desafios do enfrentamento do bullying escolar.	COSTA, Garcia Rosangela Maria da	ARENDT, BEAUVOIR, FOUCAULT, FREIRE, LOURO, SCOTT,	PUC/GOIÁS

²⁷ BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>> Acesso em: Jun.2017

2015	Direito humano à educação e as determinantes de raça, gênero, classe e família: análise sobre a interação entre famílias monoparentais chefiadas por mulheres de cor preta e instituição escolar, no município de Juiz De Fora - Minas Gerais.	<u>SIQUEIRA, Lia</u> <u>Maria Manso</u>	ARENDR, BOURDIEU, GONZALEZ, HOOKS, SCOOT	UFJF
2016	Ser menino e \"bom aluno\": masculinidades e desempenho escolar	TOLEDO, Cinthia Torres	CONNEL, HOOKS, FANON, SCOOT, CHARLOT	USP

Fonte: BDTD²⁸ Quadro organizado pelo autor (2017).

Conforme o Quadro V, observamos que os teóricos mais estudados para abordar a temática de Gênero foram: Louro, Scott, Beauvoir, Butler, Bourdieu e Saffioti. Para a abordagem sobre Educação e Sociedade observa-se: Saviani, Freire, Engels, Le Goff e Arendt. Entre essas dissertações que fazem o recorte de raça citam Hooks. A maioria desses teóricos e teóricas são também trabalhados em nossa dissertação.

Entre os oito trabalhos apresentados no quadro V, dois deles nos chamaram a atenção por seus objetivos e a proposta da temática. O primeiro é de Divina Borges, com o título “Relações de gênero na infância: uma experiência na escola democrática”, a autora busca observar quais eram as concepções de feminilidade e masculinidade no ambiente escolar, assim como, observa em qual momento os pertencimentos de gênero foram flexíveis nas escolhas individuais e coletivas e se causavam distanciamento ou aproximação, conflitos ou parcerias.

O outro trabalho citado no Quadro V, que trazemos em destaque é de Maria da Costa, com o título “As relações de gênero e os desafios do enfrentamento do bullying escolar”, a autora caracteriza violência de gênero como uma das formas de bullying escolar e três relevantes abordagens: 01- problematiza na escola o conceito de gênero para a promoção de uma escola sem violência, 2 - reprodução de ações de caráter sexista, estereótipos e conservador na escola, 3 - questões sociais de gênero e bullying escolar.

A autora Borges (2015), fala sobre o respeito à individualidade da criança e a participação das mesmas na elaboração das decisões e regras. Explana ainda sobre a posição da criança enquanto ser social e acrescenta que o reconhecimento de determinada cultura não apenas privilegia o mundo adulto desprivilegiando a cultura

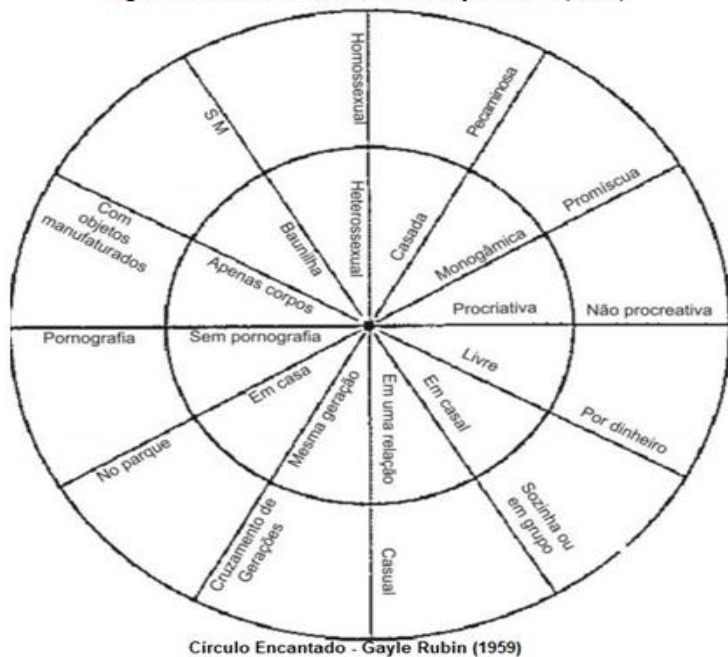
²⁸BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <<http://bdttd.ibict.br/vufind/>> Acesso em: Jun.2017

infantil e prestigiando a cultura das classes dominantes e detrimento dos menos favorecidos. Afirma que, somente com o resgate do lúdico a identidade da criança não será negada e haverá a possibilidade do renascer ou do refazer como condição do alargamento dos conteúdos simbólicos da cultura. (PERROTTI, 1982 apud BORGES, 2015 p. 19, 20).

Como instrumento de pesquisa e em benefício da realização das entrevistas elaboramos o círculo da igualdade entre Identidades de Gêneros e o Círculo da Igualdade entre Orientação Sexual, seguindo duas linhas de pensamento. Primeiro pensando na filosofia africana que preza pelo princípio da circularidade, onde há igualdade entre todos e respeito mútuo.

O trabalho de mestrado desenvolvido por Adilbênia Freire Machado, na

Figura 2: Círculo Encantando – Gayle Rubin (1959)



Círculo Encantado - Gayle Rubin (1959)

Universidade Federal da Bahia, traz sobre ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e para as relações etnicorraciais, refletindo filosofia africana. Afirma que, “o diagrama da filosofia africana é construído no plano horizontal da solidariedade” (apud OLIVEIRA, 2006, p. 160), esse plano se faz de modo circular, pois assim todos estão incluídos, e assim é o símbolo de Ananse, um círculo que imprime sua sabedoria, esperteza,

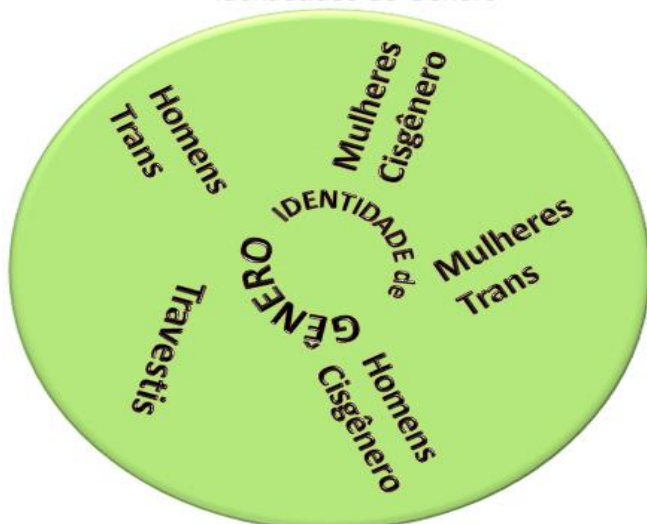
criatividade para encarar a complexidade da vida. (MACHADO, 2014, p.37).

A outra linha de pensamento em que também alicerçamos este instrumento de pesquisa foi da teórica Gayle Rubin²⁹ que para ilustrar sobre o que é aceito em se tratando de relacionamento afetivo e sexual e o não aceito socialmente, exemplificou através do que ela chama de “Círculo Encantado”, ou seja, conforme se pode

²⁹ RUBIN, Gayle. “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade”. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/rubin_pensando_o_sexo.pdf?>. Acesso em: Abril de 2018.

observar tudo que se encontra dentro do círculo menor, bem no meio do círculo é bom, é correto, natural e abençoado, e tudo que fica fora do círculo interior, é vil, proibido e imoral.

Figura 3: Círculo da Igualdade entre Identidades de Gênero



Fonte: Elaborado pelo o autor - Lion Ferreira (2018)

os tivesse colocado em linha horizontal ou vertical.

Para ler todos os nomes que estão escritos nos Círculo da Igualdade entre Identidades de Gênero (figura 3) e da Igualdade entre Orientação Sexual (figura 4), as pessoas entrevistadas precisam girar o disco, sem seguir uma linha classificatória e ou hierárquica.

Segundo a teoria de Michel Foucault, o poder se dá a partir de práticas e das relações e não só institucionais, mas também humana. O poder se exerce ou manifesta-se quando o indivíduo pertencente a um determinado segmento acredita ser superior a outro.

A exemplo disso é: a heterossexualidade, a monogamia, sexo apenas para procriação e sem pornografia. O que está à margem deste círculo é visto como imoral, não natural, anormal e condenável.

O círculo que elaboramos como instrumento de pesquisa coloca as identidades e orientações sexuais no mesmo nível de igualdade. O posicionamento em círculo não sugere certa ordem hierárquica, assim seria se

Figura 04: Círculo da Igualdade entre Orientação Sexual



Fonte: Elaborado pelo o autor - Lion Ferreira (2018)

Foucault (1976) relata que as relações de poder se articula em rede e entre vários segmentos, no interior do corpo social. Foucault (1976) teve como um método de pesquisa, analisar como as relações de poder se exercia nas extremidades, não apenas estatal, não a partir de um governante sobre o povo, mas nas ramificações, ou seja, nas relações sociais³⁰.



Sendo assim, solicitamos que as entrevistadas posicionassem na pirâmide segundo sua compreensão os segmentos identitários e as orientações sexuais em ordem de maior exercício de poder na sociedade.

³⁰ MICROFÍSICA DO PODER. XII SOBERANIA E DISCIPLINA Curso do College de France, 14 de Janeiro de 1976. https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf

CAPÍTULO III

PROFISSIONAIS DO CREAS: COMPREENSÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ATUAÇÃO NAS ESCOLAS

O propósito deste capítulo é apresentar a compreensão das profissionais do CREAS sobre gênero, assim como, o que a escola elege como problema de gênero segundo o olhar dessas profissionais. Problemas de gênero nesse sentido, gira em torno dos questionamentos e concepções quando se trata de identidade, expressões de gênero, crianças, e ambiente escolar.

Os dados apresentados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, partes dessas, são apresentadas ao longo deste capítulo. “Ao total foram 65 páginas e 127’ 27” (cento e vinte e sete minutos e vinte e sete segundos) de entrevista.

As informações referentes ao perfil das entrevistadas foram alocadas no **Quadro VI**, mantendo a exatidão da forma como foram respondidas e assim compreendem sua identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia.

Todas as pessoas entrevistadas são pertencentes ao gênero feminino, porém, Márcia - Aux. Adm. e Ana Claudia - Assistente Social, não souberam responder sobre seu gênero e orientação sexual não porque tenham alguma dúvida sobre suas identidades e orientação, mas porque não tem conhecimento suficiente para se identificarem.

Quadro VI - Perfil das pessoas entrevistadas

Nome Fictício	Escolaridade/ Profissão	Estado civil	Identidade de gênero	Orientação Sexual	Raça/ Etnia	Religião
Carol	Educ. Social	Solteira	Feminino	Hétero	Amarela	Católica
Márcia	Aux. Adm.	Solteira	Não soube responder	Hétero	Amarela	Católica
Telma -	Psicóloga	Casada	Mulher	Hétero	Branca	Católica
Ana Claudia	Assist. Social	Casada	Não sabe	Não sabe	Amarela	Católica
Anne	Assist. Social	Casada	Feminino	Hétero	Branca	Católica
Georgina	Psicóloga	Casada	Feminino	Feminino	Parda	Evangélica

Quadro elaborado pelo autor (2018)

Quadro VII - Palavras que mais aparecem nas entrevistas

Machismo/ Machista	Divisão de papeis	Cultural/cultura	Abuso sexual/ Assédio	Azul/ Rosa	Menino
Escola	Educação	Não/Permissível	Carrinho/boneca	Subjetividade	Menina
Família	Orientação sexual	Construção	Tabu	ECA	Ser humano
Gênero Fluído*	Violência	Homem	Provedor/a	Mulher	Direitos
Trabalho	Criança	Relação de Poder	Conselho Tutelar	CREAS	Deveres
Poder	Gênero	Igualdade	Transexuais	Criança/ Infância	Bullying

Quadro elaborado pelo autor (2018)

No **Quadro VII**, estão sendo apresentadas as palavras que mais foram citadas pelas entrevistadas. Não apresentam ordem sistemática e ou em quantidade de vezes que foram citadas, foram coletadas das falas das entrevistadas e aqui colocadas em ordem aleatória. Em destaque encontra-se a palavra *Gênero Fluído*, pois, essa não foi exatamente pronunciada, mas compreendida por nós, quando a entrevistada se referia ao gênero das travestis, conforme aponta no primeiro excerto a seguir, e no segundo excerto a outra profissional entrevistada acredita que só é possível identificar uma pessoa travesti, mulher Trans ou outra identidade se for perguntado para a própria pessoa sobre sua identidade:

(...) ela não tem problema com o corpo, eu entendo que travesti é isso, então de dia, ela é quem ela é, e a noite ela pode se transformar num ator, numa atriz e ser quem ela quiser. [Telma - Psicóloga]

Vamos dizer que ele é homem e se veste de mulher, o gênero dele é homem, ele só se veste de mulher. Agora, se ele se sente mulher, precisa conversar com essa pessoa pra saber se ele realmente se sente. Porque eu penso que independente de definições eu acho que isso é muito individual por isso que existem tantas nomenclaturas. Estão procurando nomes pra muitas coisas, mas eu só consigo entender essa pessoa a partir de uma conversa, porque eu sei que tem muitas definições, mas eu acho que é a partir de conhecer essa pessoa, então pode ser um homem que se veste de mulher, que se sinta mulher ou não, porque as vezes o desejo desse homem que é o gênero masculino é apenas de se vestir de mulher, mas ele se sente homem, não sei se é por aí, é meu pensamento. [Georgina - Psicóloga]

Conforme aborda Jaqueline de Jesus³¹, travestis são pessoas que vivenciam papéis femininos, mas não necessariamente se identificam ou se reconhecem como homens ou como mulheres, mas se sentem pertencentes a um terceiro gênero ou de um não-gênero³². Ainda é comum que as pessoas confundam travestis com transformistas, percebe-se bem na fala da [Telma - Psicóloga] quando ela vincula as travestis com a vida noturna “*e a noite ela pode se transformar num ator, numa atriz e ser quem ela quiser*”, a autora Jaqueline de Jesus, destaca que Transformistas não tem relação com identidade de gênero, ou seja, é apenas uma personagem:

Transformista ou Drag Queen/Drag King - Artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual. (JESUS, 2012, p. 27).

No **Quadro VIII**, agrupamos as palavras que foram pronunciadas por elas com mais frequência na tentativa de construção de nossas categorias de análise.

Quadro VIII – Organização para possíveis categorias

MENINO/ HOMEM	Machista, Violência, Azul/Rosa, Provedor, Boneca/, Carrinho, Abuso Sexual, Permissível, Divisão de papéis/trabalho, CREAS, Ser Humano, Poder
MENINA/ MULHER	Não permissível, Azul/Rosa, Provedora, Boneca/, Carrinho, Divisão de papéis/trabalho, Direitos/Deveres, Abuso/assédio, CREAS, Ser humano
GÊNERO	Masculino, Feminino, Ser/Sentir, Mulher, Subjetividade, Identidade, Brincadeiras, Transexuais
CRIANÇA INFÂNCIA	Abuso, Orientação sexual, Conselho tutelar, ECA, Respeito, Direitos, Cultura
FAMÍLIA	Educação, Criança, Trabalho, CREAS, Conselho Tutelar, Escola
ESCOLA	Educação, Cultura, CREAS, Conselho Tutelar, Família, Abuso, Racismo, Bullying
BRINCADEIRA	De menino, De menina, Boneca, Carrinho, Escola
SEXO	Tabu, Feminino, Masculino, Corpo, Cultural
SOCIEDADE	Violência, Cultural, Machista, Construção, Religião
SER HUMANO	Subjetividade, Construção

Quadro elaborado pelo autor (2018)

³¹ Jaqueline Gomes de Jesus: Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília – UnB, pesquisadora do Laboratório de Trabalho, Diversidade e Identidade – LTDI/UnB, professora do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal e investigadora da Rede de Antropologia Dos e Desde os Corpos. Pesquisa gestão da diversidade e movimentos sociais, com foco em gênero, orientação sexual e raça/etnia.

³² Jaqueline Gomes de Jesus. ORIENTAÇÕES SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO: CONCEITOS E TERMOS-Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais Transgêneros, para formadores de opinião. <http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

E em seguida no **Quadro IX**, a organização das categorias contribuiu para possíveis respostas à questão central da pesquisa, assim como, alcance dos objetivos.

QUADRO IX – CATEGORIAS

1. Sociedade, Gênero e Educação
2. CRIANÇAS: O Direito de Ser e se Expressarem
3. GÊNERO: Relação de Poder e Violência

Quadro elaborado pelo autor (2018)

1. Sociedade, Gênero e Educação

O termo *Gênero* é usado habitualmente para classificar palavras e diferenciar masculino, feminino e neutro, origina-se do latim *Genus*, que quer dizer *família, tipo*³³. E em grego *Genos*, que estava ligado a um tipo de organização social³⁴, fazia também referencia ao sexo, assim como o termo *Geneã*. Somente no século XV o termo gênero começou a ser mais utilizado para determinar sexo biológico.

Segundo Louro (2000), estudiosas feministas trazem o conceito de gênero para se referir à construção social, remetendo-se a várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade.

Para tratar de gênero, assim como de qualquer outro assunto com certa profundidade, é necessário que façamos um passeio na história no que se refere às lutas feministas, para que possamos compreender a importância de trazer as discussões sobre essa temática numa sociedade que se faz machista, sexista e patriarcal. Iniciaremos a partir do século XIX, onde se registram a luta das mulheres inicialmente na Inglaterra por direitos iguais, trazendo como foco reivindicações por direito ao voto e a propriedade, esse movimento ficou conhecido com a primeira onda feminista. Com as mesmas reivindicações destaca-se no Brasil por volta de 1919, à bióloga feminista Bertha Lutz³⁵, que fundou nesse mesmo ano a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e mais tarde em 1936, ao ocupar o cargo de

³³ GÊNERO: disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9704/9704_3.PDF. Acesso em 07 de jul.2017.

³⁴ HISTÓRIA- Polis grega: disponível em: <https://www.todamateria.com.br/polis-grega/> Acesso em 07 de jul.2017.

³⁵ Vida e feminismo de Bertha Lutz. Disponível em: <<https://cientistasfeministas.wordpress.com/2015/08/28/vida-e-feminismo-de-bertha-lutz/>>. Acesso em: Abr. 2018.

deputada federal, executou importantes propostas referentes ao trabalho da mulher, igualdade salarial, participação em questões públicas e licença a maternidade.

Ainda no século XIX, houve outras lutas isoladas do movimento feminista por não se identificarem com o feminismo branco, pois, enquanto mulheres brancas lutavam por direitos sociais e políticos, mulheres negras lutavam por direito a vida, por liberdade e dignidade. Como exemplo disso, Sojourner Truth, mulher negra, foi escrava, escritora e antiescravagista. Seu discurso mais conhecido foi “Não Sou Uma Mulher?”³⁶ Sojourner Truth, foi nos Estados Unidos uma das precursoras na luta por direitos das mulheres negras, pelo direito de existirem e serem tratadas como seres humanos, tal qual as mulheres brancas.

A segunda onda iniciou na década de 1960, tendo Beauvoir (1949) na Europa como destaque intelectual, filósofa e ativista, com sua obra *O Segundo Sexo*, inicia-se o debate sobre gênero com foco na mulher e trazendo outras discussões como direitos reprodutivos, sexuais, autonomia e acesso das mulheres ao mercado de trabalho³⁷. Ainda na segunda onda, somam-se debates referentes à violência doméstica, estupro conjugal e os abrigos de mulheres maltratadas, mudanças na lei de custódia e divórcio. Lélia Gonzalez³⁸ destacou-se no Brasil na década de 1970, por sua luta contra as desigualdades de gênero, sociais e racismo. Escritora, filósofa, publicou o livro “Lugar do Negro” premiado na Feira Internacional do Livro na Alemanha. Teve um currículo extenso de luta e garra dentro de Universidades, Organizações Não Governamentais entre outras instancias.

A luta feminista por igualdade de Direitos se deu devido à invisibilidade das mulheres em todas as instâncias da sociedade. O movimento feminista da década de 1960 influenciou a produção acadêmica contribuindo a tornar visível o trabalho das mulheres e as relações de poder, especialmente na França, esse debate tomou corpo através de diversas pesquisadoras feministas³⁹.

Também por igualdades de direitos, o movimento LGBT iniciou sua luta em meio a ditadura militar no Brasil, onde emerge também o movimento feminista com a proposta de luta a favor dos Direitos iguais entre homens e mulheres, independência

³⁶ Sojourner Truth . Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>. Acesso em: Abr. 2018.

³⁷ LOURO. G. Gênero, Sexualidade e Educação. Gênero, sexualidade e educação. LOURO. G. - Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista / : Vozes, 1997.

³⁸ Extraído do Livro “Mulheres Negras do Brasil”. Pag.32

³⁹ BLASS, HIRATA, SOARES, In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e Resistência. 2. Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304 p.

econômica, igualdade salarial e a liberdade dos corpos. É válido ressaltar que o movimento LGBT no Brasil se iniciou como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), tinha como intuito reivindicar Direitos Universais e Civis por meio de construção de Políticas Públicas. Afim de, lutar contra vários tipos de hierarquias sociais, especialmente as relacionadas a gênero e a sexualidade. O Movimento de Homossexuais aliou-se ao Movimento Feminista e ao Movimento Negro.⁴⁰

No ano de 1979 começa a circular o Jornal Lâmpião da Esquina⁴¹, como forma de suavizar os anos de censura promovidos pela ditadura militar. Ao passar dos anos o movimento foi se fortalecendo e agregando outros seguimentos, como Lésbicas, Bissexuais e pessoas representadas pela letra T da sigla LGBT, como Travestis, Transexuais e Transgênero.

A terceira onda trouxe outras teóricas como referência, Butler (1990), que amplia o debate e torna a luta feminista ainda mais inclusiva com outras nuances da identidade de gênero⁴² e também Bell Hooks entre 1980 e 1990 com discussões sobre feminismo negro⁴³.

A partir da terceira onda feminista e bebendo dessa fonte, surge recentemente o Transfeminismo, que segundo Hailey Kaas (2015) trata-se de “uma corrente feminista voltada às questões das pessoas trans”, pois, em decorrência da “falta de visibilidade e exclusão dentro do próprio movimento feminista, as pessoas trans se organizaram para lutar em prol de sua emancipação e autonomia, frente uma estrutura que as mantém a margem da sociedade” (ibid. p.01).⁴⁴

Outros estudos apontam distinção entre sexo e gênero, naturalizando o sexo e trazendo gênero como um construto social, dissociando-o de uma qualificação biológica.

Ao dirigir o foco para o caráter "fundamentalmente social", não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada,

40 FACCHINI. Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acesso em 09. jan. 2019

41 DIGNIDADE. Grupo – Lâmpião da Esquina. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em 09.Jan.2019.

42 As diversas ondas do feminismo acadêmico <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismoacademico-9622.html>. Acesso em: 16. Jul.2017.

43 Bell Hooks: uma grande mulher em letras minúsculas <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bellhooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>. Acesso em: 16. Jul.2017.

44 KAAS. Hailey O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%200-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf> Acesso em: 09.jan.2019

deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. (LOURO 1997, p.21, 22)

Louro (1997) destaca que estudiosos introduzem o debate sobre gênero no âmbito social, pois é neste que se constroem e se reproduzem as relações também desiguais entre os sujeitos. E no intuito de analisar os conceitos de gênero e como se re-produzem nas relações sociais, recorreremos aos teóricos e teóricas que se propuseram investigar a temática. Karl Marx, em suas obras analisa no cerne da sociedade, o sistema capitalista, as diferenças de classe, a luta operária, mas descreve pouco sobre a condição da mulher em meio ao sistema o qual se propôs analisar, porém, a partir do contexto social o qual estava inserido, percebeu, mesmo que de maneira tênue, a localização dos corpos dentro de uma estrutura social e econômica do sistema capitalista. É possível perceber, dentro dessa organização social dividida em classes, as relações de poder entre questões geracionais e de gênero.

O marxismo, mesmo tendo sido usado como base na luta feminista, não tratou de forma direta sobre as questões de gênero, tampouco foi o foco da elaboração de suas obras no campo prático-ideológico. Mas criticou e denunciou o patriarcado, assim como, a violência contra as mulheres tanto no âmbito externo (trabalho industrial) nas relações sociais, quanto no interior das instituições (familiar). Marx (2008) não se propôs a analisar de forma profunda as questões de gênero dentro do sistema capitalista que investigava, mas expos de maneira relevante a exploração de mão de obra feminina e infante-juvenil, e como eram submetidos a condições desumanas e degradantes no ambiente de trabalho produzido por mãos de mulheres e crianças com salários irrisórios.

Quanto menos destreza e força exige o trabalho manual, isto é, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, tanto mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres e crianças, diferenças de sexo ou de idade não tem mais qualquer relevância social para a classe trabalhadora. Só há instrumentos de trabalho, cujo preço varia conforme a idade e o sexo (MARX, ENGELS, 2008, p. 20,21).

É imprescindível identificar como as questões de gênero encontram-se no cerne das lutas classe. Rubin (2003) em uma celebre entrevista à Judith Butler, narra o quanto a teoria marxista contribuiu para a luta feminista, porém, não aprofundou na temática Gênero, tampouco em suas dicotomias.

Fizeram-se bons estudos sobre a divisão sexual do trabalho, sobre o lugar da mulher no mercado de trabalho, sobre o papel das mulheres na reprodução do trabalho. Parte dessa literatura era muito interessante e muito útil, mas não conseguia chegar a certos temas cruciais que interessam às feministas: diferença de gênero, opressão de gênero e sexualidade. (RUBIN, 2003, p.159, 160).

Rubin (2003) acreditava que quem se propunha a analisar as teorias sobre gênero não deveria ter o marxismo como principal teoria de análise, pois esta, com suas limitações sobre a temática aspiravam respostas.

Beauvoir (1970, p. 74) analisa também a condição da mulher na perspectiva do materialismo histórico, expõem alguns pontos relevantes, trazendo a obra de Frederich Engels, *A Origem da Família*, que vai traçar as relações de poder, do domínio do homem sobre a mulher inicialmente no âmbito privado, e do homem sobre o homem através da escravidão. A partir da divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos, a mulher é confinada aos trabalhos domésticos, tornando-se propriedade do homem, este provém o sustento da família com suas atividades laborais enquanto o trabalho da mulher no seio da família é desvalorizado, “o problema da mulher reduz-se ao de sua capacidade de trabalho” (p. 74). Desse modo, a autora acrescenta que, o materialismo histórico considera certos e verdadeiros fatos que fora preciso explicar (p. 76), ou seja, reconhece a opressão da mulher na propriedade privada, mas não discute, não aprofunda na singularidade humana, alega ser impossível tratar dessa temática sem sair do materialismo histórico e para finalizar afirma que:

Para descobrir a mulher não recusaremos certas contribuições da biologia, da psicanálise, do materialismo histórico, mas consideraremos que o corpo, a vida sexual, as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que os apreende dentro da perspectiva global de sua existência. (BEAUVOIR 1970, p. 80)

Porém, o intuito aqui não se direciona, tampouco se limita a análise de obras marxista, mas compreender como as relações de gênero são percebidas por esses teóricos e teóricas ao longo do tempo no ambiente das organizações que formam e compõem as estruturas sociais.

Para Bento (2006), Gênero é uma construção social. Gênero, não se limita ao sexo, são expectativas sociais as quais esperam de uma pessoa conforme sua genitália, podendo cometer erros ao afirmar a identidade de gênero do outro, pois

apenas a própria pessoa poderá dizer de si, o que sente o que é, e como reconstruiu seu próprio corpo. “Os sujeitos atualizam suas práticas cotidianas para serem reconhecidos como membros legítimos do gênero com o qual se identificam” (BENTO, 2006. p 11).

Judith Butler (1990) ressalta sobre a falsa ideia de estabilidade heterossexual estabelecida entre dois sexo, fixo, autênticos, homem x mulher, macho x fêmea, chama de ordem compulsória do sexo/gênero/desejo que estão interligados exatamente nessa ordem. Isso se mantém pela repetição de comportamento social e cultural que reafirma a construção dos corpos masculino e feminino. Dessa forma, “os corpos são legitimados humanos”, para Butler (1990), “o que não se encaixa como menino ou menina fica fora do humano”.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula gênero como uma relação binária em que o termo masculino é diferenciado de um feminino prazo, e esta diferenciação é realizado através das práticas de heterossexual desejo. O ato de diferenciar os dois momentos de oposição dos resultados binários em uma consolidação de cada termo, a respectiva coerência interna do sexo, gênero e desejo. (BUTLER, 1990, p. 22-23)

É certo que há diferenças na formação e composição de um corpo para outro biologicamente, porém, não demarca inferioridade de um para o outro. As crenças de inferioridade referente ao corpo feminino são determinadas socialmente, Beauvoir (1970) em sua obra *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos desconstrói* o conceito de inferioridade da mulher a partir da biologia, por ter útero e ovários, segundo a autora, reduzir a mulher ao seu órgão genital e órgãos reprodutores é uma maneira de desumanizar a mulher.

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto "fêmea" soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: "É um macho!" O termo "fêmea" é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. (BEAUVOIR, 1970, p.25).

Dessa maneira Beauvoir (1970) relata que a ideia construída em torno do sexo da mulher, define biologicamente seu comportamento no âmbito social, reduzindo-as como algo *a parte*, portanto, inferior.

Nessa mesma obra da autora, sob o ponto de vista da psicanálise, expõe que Freud não se preocupou em descrever sobre o destino da mulher, não na sua originalidade, ou seja, falar da mulher a partir dela mesmo, mas a partir do masculino, ele descreve que "A libido é de maneira constante e regular de essência masculina, surja ela no homem ou na mulher" (apud BEAUVOIR, 1970 p. 60).

Ainda sob o ponto de vista da psicanálise, a autora descreve a teoria de Freud sobre a fixação do menino a mãe, a identificação com o pai e o complexo de castração, assim como, atribuiu à forma feminina do complexo infantil, o nome de complexo de Electra (Ibid.p.61). No entanto, Beauvoir (1970) traz suas considerações sobre essa análise, afirmando que a superioridade masculina, assim como, a ideia de que a menina tem inveja do falo advém de uma construção social:

Não é a ausência do pênis que provoca o complexo e sim o conjunto da situação; a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo a confirma na ideia da superioridade masculina (BEAUVOIR, 1970, p.64).

Para exemplificar sua compreensão sobre orientação sexual e gênero na primeira infância, uma das entrevistas do CREAS considera a psicanálise como ponto de observação:

(...) a criança lá no complexo de Édipo néh, ela tem o processo de identificação com a mãe ou com o pai, então, segundo FREUD... que eu estudo, Sou Freudiana, nesse processo de identificação (...) a gente diz assim, por exemplo, a menina se identifica com a mãe e ama o pai, então ela é a menininha, ela olha a mãe, se identifica, quer vestir, quer usar batom quer calçar sapato de salto, o menino se identifica com o pai e ama a mãe néh, então o menino se veste como o pai, ele quer jogar futebol como o pai e isso pode acontecer no inverso, a menina pode se identificar com o pai e amar a mãe, e o menino pode se identificar com a mãe e amar o pai. [Telma - Psicóloga]

A entrevistada em questão acredita que quando se trata de pessoas Trans, as meninas Trans se identificam com a mãe e assim manifesta-se o desejo de vestir-se e portar-se como sua genitora e no caso dos meninos Trans, identificam-se com o pai, reproduzindo então, o comportamento do pai, acreditando que assim, sentir-se-á mais confortável com o gênero no qual se identifica.

Durante as entrevistas realizadas com as profissionais do CREAS, as mesmas trouxeram sua compreensão referente a identidade de gênero, apresentando também como um processo de construção de uma identidade e a subjetividade do sujeito, assim como o respeito a forma que o outro se identifica e se expressa:

(...) a minha questão que eu vejo sobre gênero além desse processo de identificação tem muito mais sobre a subjetividade de cada um, cada ser é único. Então, muitos pensam isso e vê isso como uma doença, como algo assim, inaceitável, e eu acho que a pessoa tem que olhar muito, e respeitar muito o que o outro sente. [Telma - Psicóloga]

Essa colocação vem ao encontro da autora Jaqueline de Jesus (2012) quando explana a singularidade de cada pessoa, mesmo trazendo características comuns de toda humanidade. Biologicamente somos reconhecidos através das células reprodutivas como macho e fêmea, mas o que determina o comportamento masculino e feminino é a cultura em que estamos inseridos:

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JAQUELINE DE JESUS, 2012. p. 08).

As diferenças biológicas existem, mas não determinam divisões de papéis sociais, tanto homens quanto mulheres são capazes de desenvolverem as mesmas atividades, não existe um padrão físico biológico que determina que pessoas pertencentes ao gênero tal sejam incapazes de desenvolverem determinadas atividades, ou seja, existe um corpo biológico que pode engravidar, mas ambos os gêneros podem desenvolver os mesmos papéis para cuidar dos filhos, para executar as tarefas doméstica, para desenvolverem trabalhos que não estejam ligados aos afazeres domésticos. Ambos estão aptos para todos os papéis.

Afirmar que homens não são capazes de cuidar de bebês porque não “levam jeito” é uma crença social que pode ser desconstruída. Beauvoir (1949) fala que essas forma de comportamento nasce no interior da família quando se acredita que meninos foram e são criados para atividades pesadas, e meninas para atividades que suscitam cuidado e delicadeza. Através das entrevistas realizadas com as profissionais do CREAS, foi possível perceber que esse tipo de pensamento já vem

sendo desconstruindo socialmente no interior das famílias, mesmo com algumas dificuldades e a lentos passos, mas já é possível notar as mudanças:

(...) eu vejo assim, que vem da cultura néh, aquela coisa assim, de que ainda não rompeu ainda, que o homem é o chefe da casa, o homem que é o provedor, então, a gente já viu que mudou muito, mas as pessoas ainda traz isso, ainda tem muito, eu falo assim, não culpabilizo só os homens, mas eu vejo que muitas mulheres ainda trazem isso, e vai reforçando isso. (...) Não deveria existir, da mesma forma, se eu to trabalhando e meu esposo está desempregado, eu arco com a despesa, o que tem a ver isso? E se eu to aqui trabalhando e ele ta lá em casa, o que que tem ele limpar a casa e fazer uma comida? Não vejo isso nada anormal. Se fosse ao contrário, ele tivesse aqui trabalhando, eu estaria lá cuidando da casa. Então isso aí é tranquilo. [Anne - Assist. Social]

(...) O homem é o provedor da casa, o homem era isso...hoje não, hoje tá tudo igual néh, muitas das vezes até as mulheres são as provedoras da casa. [Carol-Educ. Social]

As divisões de papéis que durante gerações e gerações foram determinados para serem desenvolvidas pela mulher ou pelo homem estão sendo compartilhados por ambos os gênero, isso se dá pelas diferentes formas de pensar. A sociedade tem trazido um olhar diferenciado para essas questões que foram produzidas como limitações para determinado gênero, ou seja, acreditava-se que as mulheres não poderiam por falta de capacidade desenvolver atividades que exigisse certo nível de intelectualidade e essa crença social de superioridade masculina tanto na força física quanto no nível intelectual foram reforçadas pelo machismo e ensinadas para as crianças tanto no interior das famílias quanto nas escolas:

(...) a nossa sociedade é muito machista e às vezes a criança desde pequenininha ela é ensinada...gente, a gente vê vídeo na internet que eu fico chocada, de pais falando para o menino de 05 anos de idade, chamar a outra menininha de “ôh sua gostosa, vem cá que eu quero te pegar”, então isso é machismo néh, e isso é uma violência, então a criança está inserida nisso lá na família (...) [Telma - Psicóloga]

Acredita-se também que para que se haja mudanças de fato, é necessário que a leis sejam implantadas e implementadas, de forma que atendam as demandas em sua totalidade. Leis que sejam aplicadas com eficácia referente a violência contra a mulher, leis que criminaliza a homofobia, leis que atendam as crianças e seus direitos. Assim acredita uma das entrevistadas:

Olha, eu acho que isso ia diminuir muito, mas primeiramente eu acho que teria que ter muitas mudanças nas leis, nas nossas leis hoje em dia, que é muito frágil e dá oportunidade pra muita coisa acontecer. [Márcia- Aux. Adm.]

Pensando em estabelecer relações com objeto de estudos desta pesquisa analisamos também a elaboração de políticas para a criança e adolescentes considerando-as como sujeito de Direitos.

Para garantias de direitos, incluindo Educação e Assistência Social surgiu nos anos 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente e em 1988 o Estado traz pela primeira vez a expressão Educação Infantil, referindo-se ao atendimento em creches e pré-escola como dever do Estado e direito das crianças. (BRASIL, 1999, art. 208, inciso IV). A partir da elaboração dessas políticas a criança começa a ser considerada como um ser de Direitos começa a ser percebida, distanciando-se assim da invisibilidade em relação ao mundo dos adultos e da educação tradicional.

A Constituição de 1988, em seu Art. 227 estabelece:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (1999), em seu art. 5º expõe que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Garantindo assim, a proteção da criança e toda e ou qualquer situação ou condição em que se apresenta.

Georgina - Psicóloga, uma das entrevistadas, ressalta que todos os direitos da criança têm que ser atendidos e o CREAS atende todo e qualquer tipo de violência e violação de direitos contra a crianças:

Independente de ser gênero ou não, mas qualquer violência contra criança é demanda do CREAS, se isso causou uma violência contra a criança, alguém tratou ela de forma diferente aí sim, é demanda do CREAS. [Georgina - Psicóloga]

Ainda sobre a atuação do CREAS frente às demandas referentes à temática de gênero nas escolas, uma das entrevistadas ressalta a necessidade de capacitação e formação para atuarem nessa área, não só para o CREAS para outros órgãos também, ressalta:

Tem que ter muita capacitação, porque a sociedade muda e as mentalidades também tem que mudar. Eu vejo que nem CREAS, nem CRAS, nem ESCOLA tem capacitação suficiente. Eu acho que capacitação é algo que não tem muito né...eu acho que deveria ter mais, eu acho importantíssimo. Essa conversa minha e sua, eu acho que é rica pra mim, e pode ser rica pra você. Então essas trocas tem que ter sempre. . [Anne - Assist. Social]

A psicóloga do CREAS ressalta duas questões, uma é a forma de atuação para trabalharem determinadas temáticas em formato de reuniões, com assuntos escolhidos pela coordenadora ou pelo próprio público que atendem, pois se perceberem que tem algumas temáticas vindas das escolas que precisam ser discutidas. Reúnem-se para debater e procurar formas de atuação, pois geralmente são questões relacionadas a violência. A outra questão é a necessidade de estarem sempre ressaltando sobre o trabalho do CREAS, pois muitas vezes, nem mesmo os profissionais da rede de proteção tem conhecimento sobre a atuação do órgão:

É, porque em relação ao público que a gente atende, sempre temos que trabalhar as questões relacionadas com a violência, a violação dos direitos, então pra que tanto a família, quanto o adolescente, quanto a criança, saiba como é feito o nosso trabalho, qual é nossa rede, nós temos que orientá-los em relação a isso. Então, além disso néh, dessa orientação a gente escolhe os temas, também damos a opção no grupo, para que eles também façam as escolhas, se tem algum tema que eles queiram que seja trabalhado, mas na

maioria das vezes a gente direciona. (...) É trabalhada aqui nos grupos, dentro do CREAS, quando a gente faz a busca ativa, a gente faz a orientação em relação ao o que é o CREAS, porque as pessoas não conhecem na maioria das vezes o trabalho do CREAS. Nem mesmo a rede, por exemplo a rede de educação, às vezes tem essa confusão, “que é o CREAS? Qual o funcionamento?” E principalmente então os alunos, aí que eles não sabem mesmo o que é feito aqui. [Telma - Psicóloga]

As entrevistadas não relataram casos em específicos que atenderam referente ao que foi encaminhado das escolas ou outras instituições como o Conselho Tutelar, mas ressaltaram que além de atenderem as crianças vítimas de violência com acompanhamento psicossocial, também em determinadas situações é realizado o estudo de caso com toda a equipe de trabalho:

Então, a gente reúne a equipe, pega um dos casos mais complexo, porque a maioria é complexo, mas a gente pega o mais complexo onde toda a equipe discute o caso, todas as formas possíveis de se ver na questão profissional e individual, porque o psicólogo vê de uma forma, o assistente social vê de outra, então nós pegamos todas as formas de ver esse caso, todos os ângulos possíveis pra fazer um planejamento de como resolver a situação ou de certa forma como nós podemos encaminhar essa família. [Georgina - Psicóloga]

Com o intuito de abordar sobre a temática Gênero nas instituições de ensino, em 2004, foi lançado pelo Governo Federal o Programa Brasil sem Homofobia, também com a finalidade de combater o preconceito e a violência contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais - LGBT, assim como, abordar sobre o respeito à diversidade. Havia em seu conteúdo material para a formação de educadores a fim de tratarem questões de gênero e sexualidade na escola.

Em 2011 o programa elaborou uma cartilha⁴⁵ que seria distribuída em todas as instituições do país, esse material de forma pejorativa ficou conhecido como “Kit Gay”, um grande debate foi gerado referente ao assunto, alegando que as crianças não deveriam ter acesso ao material, pois, não trazia em seu conteúdo, assuntos para crianças, e estaria estimulando a Homossexualidade e ao sexo. Com toda essa

⁴⁵ Material elaborado através do convênio firmado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

polêmica o material foi vetado, mas trazia relevantes propostas sobre a temática em questão:

Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inova-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos (VEIGA, 2005, p. 15-16 apud ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011, p. 85).⁴⁶

Vetos referentes a determinadas temáticas na Educação nos fazem lembrar tempos históricos de pleno domínio de ditadura militar no Brasil. Neste formato de Governo militar houve a proposta de reformulação da Educação no Brasil, era o acordo MEC – Usaid (Ministério da Educação e Cultura – *United States Agency for International Development*). As propostas eram:

- 1) Acabar com as discussões políticas na universidade: estudantes deveriam estudar e não discutir política; 2) que as universidades não deveriam investir na pesquisa científica ou preparar cientistas, pois alegavam que seria mais racional comprar os resultados científicos competentes realizados por países do primeiro mundo; 3) que deveria ser evitados gastos com cursos como os de ciências sociais, filosofia e história, pois tais cursos contribuem, para o desenvolvimento econômico do país e formavam intelectuais esquerdistas; 4) que as universidades modernas do Brasil deveriam formar mão de obra técnica qualificada para trabalhar em grandes empresas, nacionais ou multinacionais; 5) que o ensino superior fosse pago, ou seja, acesso para minoria e para classes média e alta. (FERREIRA, 2009, p. 21, “grifo meu”⁴⁷).

As profissionais do CREAS entrevistadas acreditam que a escola pode trabalhar questões de gênero, sexualidade e orientação, mas a responsabilidade maior sempre tem que ser primeiramente da família, elas compreendem que, deixar que essas temáticas sejam abordadas apenas na escola pode ser um problema, pois a escola não conseguirá atender a individualidade e subjetividade da criança. Acreditam que a educação é sempre o melhor caminho para tratar essas temáticas, mas a família precisa estar envolvida:

⁴⁶ Caderno Escola sem Homofobia. Disponível em <<http://novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>>, acesso em 29 dez. 2017.

⁴⁷ Tal acordo firmado entre militares e o Governo Americano (1965), nos remete a atual política Brasileira onde a política de direita propõe o projeto “ Escola Sem Partido”, onde a opinião crítica dos alunos e professores sobre questões sociais e políticas, inclusive a temática sobre Gênero já foi vetada do ensino educacional.

(...) a minha opinião é que na escola um professor vai falar desse assunto generalizado, para todas aquelas crianças, as crianças não são iguais, mesmo a idade sendo igual, ela na numa sala com crianças com a mesma idade dela, então, às vezes ela ta na mesma sala que o outro, mas não tem a mesma maturidade, ela não tem as vezes condições de entender o que o professor ta falando e em casa não, em casa a mãe sabe quem é aquela criança, sabe se ela tem condições naquele momento de ouvir ou não, ou não também néh, porque hoje a gente vê muitas coisas na família que é bem complicado, mas eu to dizendo no geral, então na minha opinião é um assunto a ser discutido em família, respondendo as questões daquela criança individualmente, não na sala de aula onde tem 30 alunos e você vai jogar um conteúdo que você não conhece aquelas crianças e não sabe como ela vai internalizar essas questões. Eu acho delicado. [Georgina - Psicóloga]

Primeiro a família tem que tá muito envolvida nisso, Eu acho que o primordial é que a família participe de tudo principalmente na educação de uma criança néh, e que o trabalho seja feito mesmo em equipe e que tenha essa referencia e contra referencia com a escola atendendo essa criança como um todo, vendo se realmente é só uma fase que a criança ta passando por aquilo ali, mas eu acho que tem que haver o respeito, que a gente tem que privar a criança de qualquer sofrimento em relação a sua escolha. [Telma - Psicóloga]

Para Louro (2004) Trabalhar as temáticas de sexualidade e gênero nas escolas, é uma questão de curiosidade e sem essa o ser humano não seria capaz de aprender. Argumenta ainda que isso pode levar a apostar em uma teoria e uma política voltada inicialmente para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos, podendo contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais afetivo e mais intenso (p. 72). Paulo Freire (1996) chama a atenção para os desafios do alcance de uma educação inclusiva e a atuação autônoma do professor com responsabilidade, coerência, respeito e humildade, conforme o seu meio a cultura em que está inserido.

A humildade exprime, pelo contrário, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém. A falta de humildade, expressa na arrogância e na falsa superioridade de uma pessoa sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero sobre outro, de uma classe ou de uma cultura sobre a outra, é uma transgressão da vocação humana do ser mais. (FREIRE.1996,p.76)

Dessa forma, sabendo ainda respeitar e dialogar com toda a diversidade colocada em sala através dos alunos, seja, religiosa, sexual, de gênero e racial.

2. CRIANÇAS: O Direito de Ser e se Expressarem

No ano de 2015 a Revista Escola Nova publicou uma matéria que causou alvoroço nas redes sociais, entre outros veículos de comunicação. Tratava-se da matéria sobre Romeo, de 05 anos de idade, ilustrado na Figura 06, uma criança que foi para a escola com vestido e tiara de princesa. Romeo foi afastado da escola por certo tempo, por considerarem a vestimenta inapropriada. A direção resolveu mantê-lo fora da escola até que decidisse vestir-se com roupas compreendidas como masculinas.⁴⁸

Figura 06 – Romeo



Fonte: Revista Escola⁴⁹

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos-CIDH⁵⁰ (2015) relata que ao assumir publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero ou simplesmente por parecer desafiar de alguma forma as normas tradicionais de feminilidade e masculinidade, as crianças LGBT se tornam alvos de violência. E muitas vezes em função de sua expressão de gênero, são colocadas a margem da

⁴⁸ Revista Escola. Educação sexual: precisamos falar sobre Romeo.

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/80/educacao-sexual-precisamos-falar-sobre-romeo>. Acesso em: Abr. 2018.

⁴⁹ Revista Escola. Fev. 2015. Edição 279. <https://novaescola.org.br/conteudo/8949/edicao-279>

⁵⁰ CIDH-Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Violência contra pessoas lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas. 2015.

sociedade, sofrendo preconceito e discriminação antes mesmo de estarem totalmente conscientes de sua sexualidade ou identidade.

Uma das profissionais do CREAS entrevistada [Telma - Psicóloga], acredita no envolvimento da família e parceria com a escola, em se tratando dos Direitos da criança de se portar e vestir conforme deseja:

(...) se a família apoia eu acho que sempre tudo fica mais fácil e trabalhar com a escola essa questão de respeitar os direitos... Se a gente tá aqui trabalhando a questão do ECA, a criança tem direito, estamos aqui pra fazer com que este direito seja cumprido, porque não trabalhar com a essa escola sobre o direito que essa criança tem néh, de se vestir, de falar, de se portar como ela quiser claro que olhando isso com muito cuidado. Acho que o começo tem que ser com a família, mas que a escola é fundamental pode reforçar o trabalho. Principalmente trabalhando essa questão da não exclusão, da recriação do bullying, isso é muito sério. [Telma - Psicóloga]

Conforme o referido acima, se faz também como anseio entre as outras profissionais entrevistadas o envolvimento da família em parceria com a escola tanto efetivação dos direitos quanto na educação das crianças. Desde que, a família seja a principal responsável por essa educação, e a escola secundária. Acreditam que a questão de uma criança manifestar o desejo de se vestir diferente do que é imposto pela sociedade, se trata de um Direito da criança, assim como, analisam a necessidade de rompimento com essa cultura do que é estabelecido para meninos e para meninas:

...na escola, os educadores, são pessoas que já vem com essa cultura que eu te falo, que a gente não rompe de um dia para o outro, então tem que tá sempre trabalhando e pra própria escola, as próprias famílias ir rompendo essa cultura de isso é de mulher, isso é de homem. Então, eu já vejo até assim, na minha casa por exemplo, eu tento trabalhar com meus netos por exemplo, o que tem as meninas gostarem de azul? o que que tem os meninos gostarem de rosa? [Anne - Assist. Social]

Nenhum indivíduo nasce sabendo quais padrões deverá seguir, qual brinquedo brincar, se bola ou boneca, se brinca de cozinhar ou de lutar. Tampouco as roupas que devem vestir, se vestido, saia, ou calças. As cores das roupas (rosa ou azul), os brinquedos, os desenhos infantis, tudo que é direcionado a criança está relacionado ao sexo de seu nascimento, dentro do seu contexto sociocultural.

Quando crianças manifestam o desejo de vestirem uma roupa ou usar um acessório que foge aos padrões, se deve a referência que ela tem de que aquela

roupa irá contemplar o gênero o qual se sente pertencente ou se trata apenas, de uma maneira performática de se expressarem, porque acha bonito, porque gosta, não está necessariamente ligado a identidade. Anne - Assist. Social, fala das dificuldades que os profissionais da escola têm de lidar com essas questões com mais tranquilidade:

Eu vejo a questão assim, as vezes o tabu vem porque dentro mesmo da escola fortalece isso néh. Por exemplo, o que que tem um menino brincar com uma boneca? O pai não pode pegar um bebê? Por que um menino não pode pegar uma boneca? Representando um bebê ou uma menina néh. Então a hora que vê um menino com uma boneca já pensa, vamos oferecer um carrinho pra ele e tirar essa boneca da mão dele. Já trabalhei em instituição de acolhimento e já percebi muito isso, que tem essa mentalidade, então eu sempre vejo assim, o que tem uma menina brincar com carrinho? o que que tem um menino brincar com uma boneca? [Anne - Assist. Social]

Louro (1997, p 58), salienta que a “escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, afirmando o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas”.

Papéis de gênero são na verdade padrões e normas arbitrárias estabelecidas pela sociedade a fim de definir comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar. Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (1997 p.24). Destaca ainda que esses aprendizados sobre papéis é que determinam a hierarquia entre os gêneros:

Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros. (LOURO 1997, p. 24)

Essas diferenças são forjadas nas crianças gradativamente através das práticas de aprendizagem e relações interpessoais, assim como, as imposições do que meninos e meninas podem ou não podem. A escola deve se configurar num lugar seguro tanto para professores quanto para alunos, um espaço de inclusão,

livre de preconceitos e discriminação e jamais resumindo, segundo Junqueira (2009), num espaço limitado apenas para brancos, masculino, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”. (p.14).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos-CIDH (2015) alerta sobre informações preocupantes referente as violências praticadas pela família, como pais, mães, irmãos/as contra crianças LGBT. “A violência intrafamiliar contra pessoas LGBT é um tema constante e inclui pessoas que são impedidas de ter acesso a escolarização, sujeitas a violência sexual, expulsas de casa e ou abusadas física e psicologicamente” (CIDH, 2015.p. 192).

Em 2012 a UNESCO realizou uma análise sobre o bullying homofóbico e indicou que:

O bullying escolar caracteriza-se por conjunto de características específicas, tais como, a intenção do agressor de causar danos ou medo a natureza sistemática da violência; sua repetição no tempo; o desequilíbrio de poder entre a vítima e o agressor; e o dano resultante (apud CIDH, 2015, p. 194)

Vários Estados membros da Organização dos Estados Americanos declararam a CIDH (2015) que o bullying escolar devido a orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, é tão severo que causam evasão escolar. Ressaltam que na Argentina, por exemplo, 64% das mulheres trans não puderam terminar o ano primário e 84% o ensino médio. Ressalta ainda que, professores e autoridades escolares tem sido indiferentes a essas violências. Em declaração conjunta com outros organismos internacionais e regionais a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, afirma que “crianças LGBT sofrem bullying escolar praticado por colegas de escola e por professores, resultando em evasão escolar” (CIDH, 2015. p. 196).

Os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promove uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria (LOURO 2004b: p. 27 apud JUNQUEIRA 2009 p. 14). E ainda acrescenta o quanto o espaço escolar se configura opressivo e excludente, quando na verdade deveria ser ao contrário:

A escola configura-se um lugar de opressão, e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais

vivem, de maneiras distintas, quatro situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, auto culpabilização, auto aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Segundo a jornalista Dana Driskill (2015) através de uma matéria publicada na revista Good⁵¹ foi realizada uma pesquisa pelos psicólogos Kristina Olson e Nicholas Eaton da Universidade de Washington, da Universidade Stony Brook, Nova York e o pesquisador Aidan Key, da Organização Diversidade de Gênero de Seattle, o qual chegaram a conclusão que as crianças Trans se apropriam da identidade na mesma faixa etária que as crianças Cisgênero. Os pesquisadores realizaram o estudo através de relatos de 32 crianças Trans com idade entre 05 e 12 anos, assim como, com seus irmãos Cis na mesma faixa etária para possíveis comparações e análises. “O estudo usou um teste de associação implícita para medir a velocidade na qual os participantes associaram aspectos de gênero a sua própria identidade, muitas vezes de maneira automática e subconsciente”

Este estudo reafirma a necessidade de desconsiderar transexualidade como doença, tampouco como crianças confusas ou atrasadas. Comportam-se exatamente conforme se espera de crianças correspondente a idade. Nesse sentido não há diferenças psicológicas entre crianças Transexuais e crianças Cisgênero.

Louro (2004, p. 15), afirma que a declaração: “É menina” ou “É menino” instala um processo que, supostamente deve seguir um determinado rumo ou direção, ou seja, mais que uma descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo. Esse processo é baseado em características físicas que são vistas como diferentes e às quais se atribui significados culturais, uma sequência já consagrada: sexo-gênero-desejo (BUTLER, 1993). Louro (2004, p. 60) fala que o que os teóricos e teóricas propõe é uma política de conhecimento cultural. Potencializar essa teoria para provocar outro modo de conhecer e de pensar que interessa particularmente a educadoras e educadores

Quais as influências das divisões sexuais de papéis para a construção da identidade de gênero? Há uma profunda desigualdade entre os gêneros historicamente construídas. Às meninas foram designados papéis diferentes dos meninos. Elas, desde muito cedo são ensinadas através das brincadeiras, a cuidar

⁵¹ GOOD. New Study Shows Transgender Kids Identify with Their Gender at the Same Rate as Cisgender Kids. Disponível em <https://www.good.is/articles/transgender-study>. Tradução minha.

de bebês para futuramente serem boas mães, esposas e desenvolverem outras atividades domésticas, assim como, serem, caridosas, companheiras e compreensivas.

Louro (2000) aponta que Identidade de gênero é outorgada pela cultura, os corpos são interpretações sociais que em diferentes culturas e classes concedem significados igualmente diferentes às aspectos físicos. Certas descrições e particularidades pode haver mérito, serem apontados como importantes e, portanto, se constituírem em "marcas" definidoras, ou seja, ao oposto, permanecem banais, irrelevantes.

É preciso entender como os corpos são construídos socialmente em favorecimento de um segmento hegemônico e como a violência se perpetua a partir de uma estrutura de poder. Beauvoir (1949), afirma que “não se nasce mulher, torna-se”, nos fazendo refletir sobre a construção de uma feminilidade, assim como, a resignificação dos gêneros. A sociedade direciona os indivíduos para o que acredita pertencer a cada um dos gênero, Anne - Assist. Social, que foi uma das entrevistas, entende que esse comportamento precisa ser desconstruído:

Eu tento trabalhar isso que, todos são iguais, todos são responsáveis da mesma forma, sempre que posso néh. Mas eu vejo que, tem que ser trabalhado muito isso, a questão assim: Ser de mulher, e ser de homem, essa cor é de homem, essa cor é de mulher. Então isso tem que ser trabalhado desde que nasce, dá sequência na escola. Não existe o que é de homem e o que é de mulher. Eu acho que não tem que haver isso. [Anne - Assist. Social]

Leontiev (1978) vai além, afirmando que não se nasce humano, torna-se humano, pois, as questões biológicas é um fato, porém o que determina o desenvolvimento humano são as construções sociais.

O homem não está evidentemente subtraído ao campo de ação das leis biológicas. O que é verdade é que as modificações biológicas hereditárias não determinam o desenvolvimento sócio histórico do homem e da humanidade; este é doravante movido por outras forças que não as leis da variação e da hereditariedade biológicas. (...). (LEONTIEV, 1978 p. 282).

Baseado em ambos os pensamentos entendemos que não se nasce homem, mulher, tampouco ser humano, mas, constitui-se a partir da cultura em que se está inserido. Para se tornar humano, os indivíduos se apropriam da cultura e direcionam seus corpos para o que lhes é imposto socialmente como correto.

Durante as entrevistas, quando perguntamos qual a compreensão das profissionais do CREAS sobre gênero, houve respostas que apontaram para a diferenciação do masculino e feminino e também respostas que determinam uma construção pessoal dos indivíduos e a forma como as pessoas se veem, assim como, houve respostas que assinalam para uma incompreensão sobre a temática.

Eu entendo que gênero é o que diferencia o masculino do feminino, isso pra mim é o básico. [Georgina - Psicóloga]

Gênero, eu acho assim, que é o que a pessoa sente néh, que se eu me acho que eu sou mulher, é o que eu sinto, então é isso que eu sou. [Carol- Edu. Social]

Eu vejo assim, que cada pessoa se sente como ela é néh. Eu me sinto feminina e sou...a outra pessoa que sabe o gênero dela. Eu acho que isso tem que respeitar. Cada um sabe de si... Eu tenho a minha opinião como Cristã, mas como profissional eu tenho outra visão, tenho que ver de outra forma, tem que saber distinguir isso. Tem que separar o que eu penso como pessoa e como profissional. [Anne - Assist. Social]

Então, até quando você me perguntou aí néh, qual era “seu gênero”, eu falei que sou Mulher, porque eu me entendo assim, eu nasci do sexo feminino, e eu sou mulher. e o que eu entendo por gênero (?)..a pessoa ela nasce com o sexo ou feminino ou masculino, mas aí depende do meio em que ela está inserido, e lá dentro da psicologia, nos processos identificatórios bem lá na primeira infância que isso vai acontecer que a gente fala que é a orientação sexual. Néh...então pra mim é isso. Eu nasci do sexo feminino e hoje eu sou mulher, mas eu poderia ter nascido do sexo feminino e não me identificar com meu corpo, como o modo que as pessoas me veem néh, isso tá muito ligado com o meio também. [Telma - Psicóloga]

Gênero é..acho que gênero é aquilo que você é. O que a gente é... É um gênero. [Márcia- Aux. Adm.]

Eu não entendo bem de gênero. [Ana Claudia - Assist. Social]

Gênero, nasce não a partir do nascimento de um bebê, mas da ideia que se faz da representação do masculino e do feminino e como que estes se organizam na divisão sexual dos papéis.

3. GÊNERO: Relação de Poder e Violência

As relações de poder na sociedade podem ser analisadas para além da questão de classe, isto é, por outros prismas, o qual aqui ressaltamos Gênero. Neste caso, consideramos as Relações de Poder e Violência, como categoria de análise afim de que o conhecimento acerca dessa temática possa ser alcançada e compreendida em sua totalidade.

Quando falamos em relação de poder, pensa-se logo em diferenças de classes e o domínio em que exerce uma sobre a outra. Saffioti (2015 p. 11) afirma que todas as vezes que uma pesquisa é realizada com o intuito de se verificar quais as maiores preocupações dos brasileiros, aparecem impreterivelmente o desemprego e a violência.

Diante deste fato, nos colocamos a refletir se, hipoteticamente, o problema do desemprego no país fosse sanado, seria possível então, acabar definitivamente com a violência? Seria o desemprego a única questão social responsável pelo alto índice de violência tão presente na sociedade? A própria autora considera que dentro deste contexto, associa-se a violência ao tráfico e ao uso de drogas lícitas e ilícitas, especialmente entre os jovens. (ibid. p.16, 17).

Dando continuidade ao raciocínio, indagamos, em maior escala, quem exerce o poder na sociedade? Estaria a violência de gênero também relacionada às relações de poder e vice versa? O que se faz importante elucidar é que, a violência de gênero a qual nos referimos não está única e necessariamente relacionada à violência contra a mulher cisgênero. Tampouco as relações de poder refere-se apenas ao gênero masculino em relação ao gênero feminino.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH (2015), afirma que, as normas sociais tradicionais sobre gênero e sexualidade, e a discriminação generalizada pela sociedade contra as orientações e identidades não normativas, e contra as pessoas cujos corpos diferem do padrão socialmente aceito sobre corpos masculinos e femininos, incentivam a violência contra as pessoas LGBTI. A violência baseada no preconceito requer um contexto social permissivo, ou seja, tudo que foge aos padrões pré-estabelecidos está suscetível à violência.

Baseado no pensamento de Foucault (1976) que analisa as relações de poder entre as camadas sociais, podemos analisar não somente a relação de poder de um

gênero sobre o outro, mas também dentro do próprio gênero referente às masculinidades e as feminilidades.

Ao solicitar que as entrevistadas posicionassem as identidades de gênero e orientações sexuais na pirâmide conforme entendem o poder entre elas, a maioria posicionaram os Homens Cis-heteros no topo da pirâmide, quando perguntei por que acreditam que os homens Cisgênero e heterossexuais estão no topo, as mesmas justificam a construção e a perpetuação dessa cultura assim como, o machismo como sendo um dos responsáveis:

Até hoje eu ainda vejo o homem no topo. Eu acho que isso é cultura. a gente tá mudando, a gente já avançou muito, mas ainda tem essa cultura. A gente percebe que tem mulheres machistas néh. A gente pensa que só homem que é machista, mas não é... Tem muitas mulheres machistas, então você vê que isso é de cultura mesmo. E quando você vê que a pessoa ainda vem, traz a religião também junto, aí que o machismo aparece, mas o homem tá mais a frente. Você vê que até nas questões bíblicas o homem que é contado néh. Então ainda tem isso... Você não pode fugir disso. [Anne - Assist. Social]

Eu vejo que o sexo masculino, sim, está no topo dessa pirâmide. Eu acho que a sociedade como um todo mesmo, é uma construção, isso vem, há quanto tempo néh...Na época da faculdade eu tive uma aula que achei super interessante sobre família, eu acho relevante falar isso pra você...meu professor, também é psicanalista, Freudiano, ele disse o seguinte: Por que foi instituído a família, porque queria a separação dos bens néh, então se diz, a mulher tem que ser monogâmica. [Telma - Psicóloga]

Acho que masculino na verdade. Porque as pessoas mais influentes, até na política, em tudo, são os homens ainda, infelizmente néh. [Carol- Educadora Social]

Ao contrário do pensamento nos excertos acima colocados, uma das entrevistadas, posicionou as Mulheres Cis Hétero no topo da pirâmide. A mesma acredita que a mulher atualmente vem ocupando outros espaços, não se assimilando exatamente ao poder, mas lideranças, em especial no âmbito profissional:

Eu vejo que o feminino hoje em muitas questões está liderando, não sei se é poder, não sei se posso definir como poder, mas que está assim, se destacando em vários setores da sociedade, então a mulher está em todos os lugares e eu vejo que ela se destaca com a competência... Isso é um olhar néh, apesar de que a gente sabe que é uma conquista, você pode observar que a mulher está em todos os setores, você faz uma reunião quem tá liderando são as mulheres

são pouquíssimos homens que você encontra liderando um fórum, por exemplo, um seminário. Então a maioria das mulheres está aí liderando, a frente, e assim, você faz uma reunião é dois, três homens e a maioria mulheres. Vejo nesse sentido, não sei se seria a resposta pelo poder, mas por estar se destacando, está a frente, então eu vejo que a mulher ta muito a frente aí porque conquistou esses lugares. [Georgina - Psicóloga].

Observamos que no local de trabalho dessa profissional entrevistada, de fato há um grande número de mulheres. O órgão gestor dessa Secretaria, assim como, programas, departamentos, CREAS, CRAS, são totalmente liderados por mulheres. É provável que ela tenha se baseado neste espaço que ocupa, o qual se faz no momento sua referência.

Levamos em consideração também que, a mesma pode ter se baseado no lugar de privilégio que ocupa enquanto Mulher Cis Hétero ou se vê, no contexto social o qual pertence, pois as outras representatividades, como, Lésbicas, Bissexuais, Mulheres Trans e Travestis, a entrevistada posicionou na base da pirâmide, ou seja, abaixo das Mulheres Cis Hétero, Homens Cis Hétero, Homens Gays e Homens Trans, exatamente nessa ordem (de cima para baixo). Para ela, os Homens Bissexuais estão na mesma base que as Mulheres Bissexuais.

A assistente Social Anne, argumenta que posicionou os homens no topo da pirâmide por acreditar que a cultura ainda os impulsiona a ocupar esse lugar: *“até hoje eu ainda vejo o homem no topo, eu acho que isso é cultural, a gente tá mudando, a gente já avançou muito, mas ainda tem essa cultura.”* A mesma entende que as mulheres também contribuem para que essa hierarquia prevaleça, justificando que as mulheres de alguma forma reproduzem o machismo: *“A gente percebe que tem mulheres machistas néh. A gente pensa que só homem que é machista, mas não é... tem muitas mulheres machistas, então você vê que isso é da cultura mesmo”*.

Logo abaixo dos homens hetero cis, a entrevistada Anne, traz as mulheres heteros cis, e posiciona no meio da pirâmide os homens trans, mulheres trans, e os/as bissexuais, estando estes acima dos gay e lésbicas, pois, mesmo sendo bissexuais, socialmente assumem apenas a heterossexualidade e dessa forma são mais aceitos e aceitas. Para ela, as travestis e mulheres lésbicas são as mais discriminadas e sofrem mais violência, por esse motivo estão na base da pirâmide.

A violência quando está relacionada a preconceitos leva a uma compreensão da violência como um fenômeno social contrapondo a violência praticada ou

entendida como um fato isolado. Os crimes por preconceitos são reações negativas diante de expressões advindas de determinadas orientações sexuais e ou identidades de gênero que foge as normas estabelecidas. São violências que requerem um contexto e uma cumplicidade social, pois são destinadas a grupos específicos, neste caso, população LGBT⁵².

Entre as profissionais entrevistadas do CREAS, a maioria posicionou a figura masculina no topo da pirâmide, relacionando-os a uma posição de poder, alegando exercerem esse poder em todos os espaços da sociedade, sendo em primeira instância no âmbito privado, ou seja, na família e posteriormente, no âmbito social.

A entrevistada Anne acredita que o ideal seria a igualdade entre os gêneros, alega ver homens e mulheres como iguais, não vê entre os mesmos, superioridade e nem inferioridade, não acredita que seres humanos tenham que ser assim, mas afirma que a sociedade os impulsiona para as desigualdades:

Eu vejo o homem como um ser humano normal néh. Não vejo homem como superior, nem inferior, eu acho que o homem e a mulher como seres humanos e que tem os mesmos deveres e os mesmos direitos. Eu vejo a mulher normalmente, Eu não gosto do machismo e nem do feminismo, a gente não tem que pensar que eu sou mulher ou sou homem, A gente tem que trabalhar da mesma forma, pensar da mesma forma, tem direitos e deveres da mesma forma. Eu vejo assim, eu sempre comento com as meninas, até mais nova assim: “ah eu vou trabalhar pra ajudar meu marido na despesa” Eu falo você não vai ajudar seu marido, você vai complementar, você também, é dever seu. E nem gosto de ouvir homem falar assim, por exemplo: “Ah limpei a casa hoje pra ajudar minha esposa,” Você não ajudou você limpou porque você tem que limpar. Dessa forma que eu vejo. [Anne - Assist. Social]

Beauvoir (1949) fala que as meninas não são ensinadas para exercer sua liberdade, tampouco para compreender ou aprender descobrir o mundo que a cerca. Dessa forma, menos ousará a afirmar-se como sujeito de direitos, pois, não são encorajadas para isso, ao invés disso, elas recebem as tarefas domésticas como seu quinhão, como sua, e unicamente sua obrigação. “Falamos aos meninos com mais gravidade, mais estima, reconhecendo-lhes mais direitos, os próprios meninos tratam as meninas com mais desprezo” (ibid. p. 28). Aos meninos não são

⁵² CIDH-Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Violência contra pessoas lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas. 2015.

ensinados a executarem as tarefas domésticas como algo necessário e importante para os mesmos. Quando são ensinados, há sempre uma ideia de que a execução dessa tarefa é uma forma de ajudar a mulher, seja ela, sua mãe, irmã, ou esposa.

Segundo Connell (1995) os rapazes em determinadas culturas são pressionados a agirem dentro de um padrão de conduta determinados e apropriados para homens e dentro desses padrões o ideal é se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade compreendida como o oposto, afirma ainda que:

A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas, da mídia, e finalmente dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão de seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar a violência ou à crise pessoal e a dificuldades de relações com as mulheres. (CONNELL, 1995, p. 190)

Saffioti (2015) também explana que “poucas mulheres questionam sua inferioridade social, elas são socializadas para desenvolverem comportamentos dóceis, enquanto os homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas e perigosas, revelando sua força e coragem” (p.37).

A maioria das entrevistadas posicionaram os Homens Trans no meio da pirâmide da identidade de gênero, abaixo dos Homens e Mulheres Cis, mas acima das Mulheres Trans e Travestis. Demonstrando que a figura masculina, mesmo quando não fazem parte da masculinidade hegemônica, ainda representam aos olhos das participantes os quais podem ser reflexo da sociedade, certo poder e superioridade em relação a figura feminina ou efeminados. Neste caso, essa colocação dos homens trans, pelas as entrevistadas, se deu por observarem ou terem como referência homens trans que se enquadram nos padrões de masculinidades exigidos socialmente, ou seja, os considerados *passáveis*⁵³.

Assim também, os homens bissexuais foram posicionados no meio da pirâmide das orientações sexuais, acima das mulheres bissexuais, dos homens gays e das mulheres lésbicas (exatamente nessa ordem, do meio da pirâmide para baixo). Por motivos já expostos por uma das entrevistas, pois, socialmente podem se passar por heterossexuais e não afeminados.

⁵³ Passabilidade ou trans passáveis são termos usados para caracterizar pessoas trans (homens e mulheres) que aparentam pessoas Cisgênero... ou seja, passam socialmente por Cis, conseguindo circular na sociedade sem serem percebidos como pessoas trans. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/23211/15536>>

Todas as entrevistadas posicionaram no topo da pirâmide as identidades de gênero e orientações que se encaixam dentro do viés cultural da Cisnormatividade e da Heteronormatividade, ou seja, sintetizando a análise da Pirâmide fica assim:

Identidade de Gênero: HomensCis > MulheresCis > HomensTrans > MulheresTrans > Travestis

Orientação Sexual: HomensHetero > Mulheres Hetero > HomensBi > MulheresBi > HomensGays > MulheresLésbicas.

Todas as representatividades da Cisgeneridade ficam acima das outras representações identitárias como, população Trans e Travestis e nas Orientações Sexuais, Heterossexuais acima das Bissexuais, Gays e Lésbicas.

De acordo com a *Rights Global*⁵⁴, “a Heteronormatividade é composta de regras jurídicas, sociais e culturais que obrigam as pessoas a agirem de acordo com padrões heterossexuais dominantes e reinantes” (*apud* CIDH 2015 p. 41). Gayle Rubin (1984) traz o conceito de “hierarquia sexual” que determina expressões de sexualidade, onde a heterossexualidade é concebida como boa, normal, natural, bendita, enquanto que outras formas de expressões são como a homossexualidade considerada como má, anormal e contra a natureza (*apud* CIDH 2015 p. 41).

Segundo a autora Jaqueline de Jesus (2012) Cisgênero é um “conceito guarda-chuva que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.” Bauer et al. (2009) caracterizam Cisnormatividade como a expectativa de que todas as pessoas são Cisgênero, ou seja, a quem se assignou o sexo masculino no nascimento sempre crescem para ser homens, e no caso do sexo feminino, sempre crescem para ser mulheres. (*apud* CIDH 2015 p. 41).

Quando as entrevistadas posicionam no topo da pirâmide apenas a cisgeneridade e heterossexualidade, diretamente indicam e reconhecem mesmo que inconscientes, um padrão sexual nas representações sociais. Isso não apenas sugere, mas concretiza uma relação de poder padronizada, onde homens e mulheres Cis Hétero ocupam e dominam os melhores espaços na sociedade, sejam nas universidades, escolas, e ou mercado de trabalho em cargos do alto escalão.

No decorrer das entrevistas, observamos que a maiorias das entrevistadas ao falar sobre machismo associam tal comportamento aos homens de forma direta, e a

⁵⁴ Global Rights é uma organização não governamental internacional de capacitação em direitos humanos. <http://www.globalrights.org/>

sociedade de maneira ampla. Aos homens e meninos também lhe são associados o abuso sexual, a agressividade e a violência como comportamento em decorrência a relação de poder que se acredita ter em relação ao gênero feminino e em seguida associam a escola como *lócus* de grande parte dessas violências:

A violência parte dos homens também, a maioria é dos homens, porque eles são muito machistas néh? [Carol-Educadora Social]

(...) O que eu tenho atendido, eu acho que não é só isso que acontece na escola, mas o que aparece mais é a questão de sexo néh. a questão de abuso, por exemplo, é, menina ser assediada por meninos, isso é o que a escola mais relata. Eu sei que tem outros tipos, mas o que mais apareceu durante o meu trabalho foi isso. Sempre quando tem outras questões a escola tenta resolver, mas quando é relacionado a sexo aí eles já encaminham. [Anne - Assist. Social]

Relatam um numero muito alto de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A cada dez crianças que sofrem abuso, um número estimado de 06 crianças são do gênero feminino e 04 do gênero masculino.

LION: A cada 10 crianças, quantos meninos e quantas meninas sofrem abuso? A maioria é menina. Acho que umas 06 meninas, e 04 meninos, porque meninos também o número é alto. [Carol-Educadora Social]

A entrevistada Carol, argumenta que o locus da violência acontece na escola, mas que a instituição geralmente não entra em contato com o CREAS. A entrevistada Carol relata que a escola se resguarda por temer problemas com sua imagem e a entrevistada Anne, expõe que conforme sua experiência de trabalho no CREAS percebe que a escola geralmente entra em contato com o Conselho Tutelar para depois a notificação de violência ser encaminhada para o CREAS:

Então, a denúncia chega pra nós, mais é direcionada da delegacia e do Conselho, a gente não tem esse contato direto com a escola. Geralmente só se ocorrer abuso, aí eles fazem denúncia, mas vem por outro órgão, a escola é meio que blindada, eles não querem. A gente já teve vários problemas porque a escola meio que omite néh. ela não quer, eles mesmo denunciando não...talvez pode até prejudicar...a imagem [Carol-Educadora Social]

Até o que eu tenho trabalhado as escolas geralmente quando é algum caso que é de violação, de violência, elas sempre notificam o conselho tutelar. Aí vem pro CREAS por meio do Conselho Tutelar. Pela a experiência que eu tenho, o que

acontece, vem o conselho tutelar, traz para o CREAS, a gente vai fazer visita, vai ver a veracidade, se tem procedência ou não aquilo néh, faz visita na escola, visita a família, e, depende de cada caso, você sabe que trabalhar em CREAS, você não tem um roteiro para você trabalhar, depende de cada caso. Você não tem um roteiro, tem que trabalhar conforme as coisas vão encaminhando. [Anne - Assist. Social]

A entrevistada Carol, acrescenta que quando esses órgãos entram em contato para realizar a denúncia, a fim de que o CREAS faça os devidos encaminhamentos, a maioria se trata de violência sexual. Quando a entrevistada fez esse relato, perguntei se ela acreditava que essas violências tinha relação com questões de gênero, e ela respondeu “Não. acho que não tem nada a ver, não é ligada a gênero não”. Neste caso, mesmo relatando que as maiorias das violências sexuais são cometida contra as meninas, a entrevistada não compreende que questões de gênero estão ligadas a todos os tipos de violência sexual contra meninas e mulheres.

Ao contrario da compreensão da Carol, a entrevistada Anne com muitos anos de experiência e atuação no CREAS como assistente social acredita que gênero e violência sexual estão relacionadas, pois, conforme relata, aos meninos tudo é permitido, enquanto para as meninas são tolhidas:

...Porque, quando se fala de sexo, aí eu já volto a questão cultural, porque eles acham que ao homem tudo é permissível e a menina não é permissível né, a menina fez é um problema, o menino fez, não é problema. Até hoje ainda é visto dessa forma. Então geralmente, eles, quando é com a menina, é denunciado, vamos dizer assim, comunicado. Quando é com o menino, o menino se masturba, é normal, se a menina se masturba, não é normal. Então, eu vejo assim, que até hoje a sociedade ainda vê assim, que pra mulher não é permitido, para o homem é permitido. [Anne - Assist. Social]

No **Quadro X**, referente ao censo SUAS/2016 retrata o número de violência registrado pelo CREAS de Anápolis em decorrência de abuso sexual, separados por gênero e faixa etária. Mostra que a violência contra meninas é sempre maior que contra meninos.

Quadro X: Crianças e Adolescentes vítimas de violência ou violação que ingressaram no PAEFI no período entre 01/2016 a 12/2017

Crianças e Adolescentes vítimas de abuso sexual	Total	Gênero	0 a 12 anos	13 a 17 anos
	73	Masculino	07	03
		Feminino	30	33

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo SUAS⁵⁵

Referente a violência nas escolas contra crianças e adolescentes LGBT, segundo dados do IBGE de 2015, o bullying devido à aparência do corpo foi de 18,6%, à orientação sexual foi de 2,9% e 6,8% envolvendo raça/etnia⁵⁶. Entre 2015 e 2016 a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – (ABGLT), pesquisou 1.016 estudantes entre 13 e 21 anos de idade sobre ambiente educacional no Brasil 2016, e destes 73% dos estudantes LGBT já foram agredidos verbalmente por sua orientação sexual, 68% já foram agredidos por sua identidade de gênero, 60% dos alunos se sentiam inseguros na escola por conta de sua orientação sexual e 43% se sentiam inseguros devido a sua identidade de gênero⁵⁷.

Para as entrevistas do CREAS foi direcionada a seguinte pergunta: Segundo os dados do IBGE em 2014⁵⁸ no Brasil 10 mil mulheres foram atendidas em diversas instituições como CREAS, Delegacia da Mulher, Delegacia da Criança e Adolescente, Vara da Juventude, em decorrência de algum tipo de violência e em sua grande maioria cometidas por esposos,/ex-namorado/chefes. Você acredita que se for trabalhado com crianças sobre respeito e igualdade entre os gêneros, há possibilidades de minimizar esse comportamento de violento? As entrevistadas responderam:

⁵⁵Disponível em: Censo SUAS - CREAS Anápolis

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/estrutura_fisica/rel_preenchidos_creas_agregado.php?&p_id_creas=52011095764#. Acesso em: Mar.2017

⁵⁶ IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. 2015. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: Out. 2017.

⁵⁷ PESQUISA nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016. Disponível em <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>> acesso em: Out. 2017.

⁵⁸ Acesso em jan. de 2018. Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Eu acho que o caminho é esse, a educação mesmo, porque eu sempre que atendo até converso com as mulheres néh, que geralmente as mulheres até na casa mesmo separa o trabalho de homens, de mulheres. [Anne - Assist. Social]

Sim, com certeza, eu acho que a educação é tudo, o respeito é tudo. Você ensinando a criança lá desde a primeira infância, a respeitar o outro, respeitar as diferenças, que existem várias diferenças de cor, de raça, de classe social néh, de orientação sexual, então se a criança aprender a respeitar o próximo néh e eu acho que isso é fundamental e creio que a educação é a base de tudo. [Telma - Psicóloga]

Com certeza, porque eu acredito que essa concepção de que homem por bater em mulher, ela vem desde criança. Por que quando o pai ensina que o irmãozinho pode bater na irmãzinha, porque ele manda ali, entre os irmãos ele tem o poder, já começa daí. Então o irmãozinho pode bater na irmãzinha, mas a irmãzinha não pode bater no irmão. Então tudo é aí mesmo, eu acredito que é a educação, essa educação lá na infância é que vai trazer essa concepção aí. [Georgina - Psicóloga]

Nota-se o quanto a cultura de violência ainda está arraigada em nossa sociedade. Esses números de violência obtidos através dos dados do IBGE e da ABGLT, assim como, as declarações das entrevistadas do CREAS onde ressalta comentários sobre gênero, violência e educação, nos fazem avaliar o quão necessário se faz discussões mais aprofundadas em todas as instâncias em especial nas escolas sobre corporeidade, sexualidade e gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reproduções dos conceitos de gênero em formato de regras sociais são praticadas também na educação da criança tanto no seio familiar, quanto no ambiente escolar. As escolas são ambientes de socialização onde os papéis de gênero e sexuais são voltados para a heterocisnormatividade de forma imposta e compulsória.

Não foi possível realizar as entrevistas diretamente com profissionais das escolas, dessa forma, chegamos a essas conclusões através de levantamento bibliográfico e através das entrevistas realizadas com as profissionais do CREAS, que trabalham em rede com diversas instituições incluindo a educação, podendo ser a escola também seu espaço de atuação.

Para se chegar a essas conclusões e saber, segundo a compreensão das profissionais do CREAS, o que a escola elege como problema de gênero quando recorre aos seus serviços, foi importante no primeiro momento saber qual a compreensão que as profissionais do CREAS tinham sobre gênero, se essas compreensões estavam ligadas a seus preceitos religiosos, para assim sabermos se essas compreensões poderiam ou não serem refletidas em suas atuações como profissionais.

Outro fator observado no levantamento bibliográfico foi perceber o enfrentamento que as crianças fazem às normas impostas sobre gênero, quando expõe a forma em que se percebe no ambiente onde socializam também suas vivências.

Em seguida, foi possível perceber através das entrevistas que o ambiente escolar ainda é um espaço que ensina as crianças como ser meninas e meninos através de comportamento que engloba brincadeiras, vestimentas e cores como azul e rosa. Mesmo não havendo uma educação sexual que contemple a diversidade humana no âmbito da temática de sexualidade e de gênero, há a intencionalidade advinda dos profissionais da escola em direcionar as crianças a heterocisnormatividade através das práticas lúdicas e/ou educativas.

Segundo as entrevistadas, os profissionais da escola ainda encontram dificuldades de lidar com determinadas expressões de gênero entre crianças no

âmbito escolar. Quando ocorrem essas manifestações, tanto na questão de gênero quanto orientação sexual, os profissionais recorrem à família da criança, ao Conselho Tutelar e aos serviços do CREAS. Os profissionais da escola questionam quando essas expressões de gênero estão relacionadas a brincadeiras, ao uso de roupas e acessórios que são determinadas socialmente para o gênero oposto ao da criança em questão.

As entrevistadas não detalharam casos específico que tenham atendido. Mas relataram que suas formas de atuação, sempre giram em torno das parcerias com diversas instituições como a própria escola, assim como Conselho Tutelar e outras. Realizam estudo de caso nas situações mais complexa e reuniões onde também assistem à família da criança.

Entre as profissionais entrevistadas do CREAS, a maioria posicionou a figura pertencente a masculinidade hegemônica no topo da pirâmide, relacionando-os a uma posição de poder, o qual exerce em todos os espaços da sociedade, sendo em primeira instância no âmbito privado, ou seja, na família e posteriormente, no âmbito social. Posicionaram também outras representatividades masculinas não hegemônicas, como, Homens Trans, Homens bissexuais e Homens Gays acima das representatividades femininas, indicando que mesmo existindo uma hierarquia entre as masculinidades, o poder ainda se concentra entre estes.

Assim sendo, concluímos que, coletivizar as ações oportuniza meios de discussões que podem proporcionar às crianças uma educação inclusiva para o alcance da dignidade e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e Gênero na experiência transexual.** (Sexualidade, Gênero e Sociedade). Rio de Janeiro: Gramond 2006,256.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Milliet. - Le deuxième sexe. 1949 - Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

_____, Simone de. **O Segundo Sexo** – Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª Edição. 1970 - São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BDTD. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>> Acesso em: Jun.2017.

BLASS, HIRATA, SOARES, In: SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e Resistência. 2. Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 304 p.

BOGADO, Francielle Toscan e BRANCO, Patrícia Martins Castelo. **Fundamentos, teóricos e metodológicos do serviço social.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 174 p.

BOGDAN, Robert e BILKEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

BUTLER, Judith. "**Gender as Performance: An Interview with Judith Butler.**" *Radical Philosophy*, 67, Summer 1994. Disponível em: <http://www.theory.org.uk/but-int1.htm>.

BRAUN, Edna. **Fundamentos de gestão em serviço social.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF. 2009.

BRASIL, CAMPEÃO MUNDIAL DE CRIMES LGBT-FÓBICOS <<https://homofobiamata.wordpress.com/2017/12/31/brasil-campeao-mundial-de-crimes-lgbtFOBICOS/>>

_____. Lei Orgânica da Assistência Social - (LOAS) – Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.

_____. Constituição Federal 1988, Mesa da Câmara dos Deputados, Brasília-25 ed. 2005

_____. MEC. INEP. Censo Escolar. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 25. Nov. 2017

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Censo SUAS 2016 – Resultados Nacionais, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, CREAS. Brasília, Coordenação-Geral de Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Março de 2017. (Mimeo)

_____. Constituição Federal. 1988. BRASIL. Constituição Federal (1988), Mesa da Câmara dos Deputados, Brasília – 22ª ed. 2004

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS - Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. Estatuto da Criança e do adolescente - ECA, Lei Federal 8.069, de 13/07/90.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação (PNE).

_____. Escola Sem Partido Lei nº 193/2016 disponível em: [file:///C:/Users/lionl/Downloads/MATE_TI_192259%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/lionl/Downloads/MATE_TI_192259%20(1).pdf) Acesso em: 27 de Out. 2018

_____. Escola Sem Partido Lei nº 867/2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/audiencias-publicas-1/apresentacoes/apresentacao-miguel-nagib>> Acesso em: 27 de Out. 2018

Caderno Escola sem Homofobia. Disponível em <<http://novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>>, acesso em 29 dez. 2017.

Censo SUAS. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 17 Mar. 2017

CONTEXTO. IBGE **traça o mapa das religiões em Anápolis**. Disponível em: <<http://www.jornalcontexto.net/ibge-traca-o-mapa-das-religoes-em-anapolis>>. Acesso em: 19. Nov.2017.

CIDH-Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Violência contra pessoas lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas**. OAS./Ser.L/V/II. Doc.36/15 Rev. 1. 2015.

CONNELL R.W. **Educação e Realidade - Políticas da Masculinidade**. 20(2):185-206 jul./dez. 1995. *Tradução de Tomaz Tadeu da Silva*

CREAS Cartilha Perguntas e Respostas. — http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/pergunta-s-respostascreas.pdf. Acesso em: 17 Mar. 207

CRUZ. Vilma A. G. **Metodologia de pesquisa científica** – São Paulo: Pearson Prentice Hall 2011.

Diversidade de gênero em questão no Brasil. Disponível em: <<http://www.imagineie.com/temas/diversidade-de-genero-em-questao-no-brasil/>>. Acesso em: 20. Mai. 2017.

DIGNIDADE. Grupo – **Lampião da Esquina**. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em 09.Jan.2019.

El hijo transgénero de Angelina Jolie y Brad Pitt. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7YQuxQm3kxM>>. Acesso em: Abr.2018.

FACCHINI. Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx. Acesso em 09. jan. 2019

FERREIRA, Claudia Maria. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social III**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 182 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT. M. **Microfísica do poder**. XII soberania e disciplina Curso do College de France, 14 de Janeiro de 1976. https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 15 de Mar.2018

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro editora, 2007. 87 p.

GÊNERO. **Dicas para promover a igualdade entre os gêneros**. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/dicas-igualdade-generos-784552.shtml#3>.

GOOD. New Study Shows Transgender Kids Identify with Their Gender at the Same Rate as Cisgender Kids. Disponível em <https://www.good.is/articles/transgender-study>. Acesso em: Abr.2018.

GODOI. Sueli et.al. **Políticas Sociais II**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

GODOY. A. S. (1995a). **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, 35(2), 57-63.

HISTÓRIA da Cidade. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/historia-da-cidade> Acesso em: 19. Nov.2017.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. IBGE, Censo Demográfico 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/anapolis/pesquisa/23/22107?detalhes=tru> Acesso em: 19. Nov. 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. 2015. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>

JESUS. Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos-Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Disponível em:

<http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>> Acesso em: 17. Maio. 2018.

JUNQUEIRA, R.D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em: Junqueira, R.D. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO, p. 13-51, 2009^a

KAAS. Hailey. **O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução**. 2^a Versão. 2015. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf> Acesso em: 09.jan.2019

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo. O Homem e a Cultura**
Lisboa: Horizonte, 1978. Página: 261-284.

<<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/61/LEONTIEV%20O%20homem%20e%20a%20cultura.pdf>>

LIBÂNIO, José Carlos et al. **Estrutura e Organização da Educação Brasileira**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOURO. G.L. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autentica 2004. 96 p.

LOURO, G.L. **Corpo, escola e identidade**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul. dez. 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Ancestralidade e Encantamento como inspirações formativas**: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. 2014. 240f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2014.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PAIVA. Beatriz Augusto. **Algumas considerações sobre ética e valor**. In: BONETTI, DilsèaAdeodata et al. *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 6. Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

Pesquisa aponta que 20% dos alunos já praticaram bullying contra colegas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/05/pesquisa-aponta-que-20-dos-alunos-ja-praticaram-bullying-contra-colegas.html>>

PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016. Disponível em <<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>

Revista Escola. Fev. 2015. Edição 279.
<https://novaescola.org.br/conteudo/8949/educacao-279>. Acesso em: Abr.2018.

Revista Escola. **Educação sexual: precisamos falar sobre Romeo.** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/80/educacao-sexual-precisamos-falar-sobre-romeo>. Acesso em: Abr.2018.

REVISTA Quem. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2014/05/shiloh-completa-8-anos-e-quem-te-mostra-o-estilo-tomboy-da-filha-de-pitt-e-jolie.html>. Acesso em: Abr.2018.

Revista Veras, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 5-26, janeiro/junho, 2017. DOI: 10.14212/veras.vol7.n1.ano2017.art305. Entrevista: Renato Janine Ribeiro “Uma onda educativa é a via do Brasil” Disponível em: <<http://site.veracruz.edu.br/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/viewFile/305/pdf>> Acesso em: Out.2018.

RIBEIRO. Renato Janine. A democracia vai crescer ou diminuir? Cap. II. p.53 In: VASCONCELOS A. (Orgs.). Brasil nas ondas do Mundo. Editora: EDUFMG, 2007.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade.** Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/rubin_pensando_o_sexo.pdf?>. Acesso em: Abril de 2018.

SAVIANI. D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.496 p.

TRAFICO SEXUAL – entrevista. Gayle Rubin com Judith Butler. 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a08.pdf>. Acesso em: Abr.2018.